



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 7/2021
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 20-12-2021**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 7 da Sessão Ordinária de 20-12-2021

LOCAL - Grande Auditório do Centro de Artes e Espetáculos-----

DATA -20 de dezembro de 2021-----

INICIO - Quinze horas e trinta minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira.....PS

1ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha.....PS

2ª SECRETÁRIA - Júlio César da Costa Loureiro.....PS

MEMBROS - David Manuel Fajardo AzenhaFAP

João Raul Henriques Sousa Moura PortugalPS

Patrícia Susana Baía da Costa Colaço Machado e JorgeFAP

Francisco Nuno Costa de Melo BiscaiaPS

Teotónio Paulo de Jesus CavacoPSD

Edgar José Pedrosa GonçalvesFAP

Mafalda Reis de AzevedoPS

José Augusto Fernandes MateusFAP

José Fernando Guedes CorreiaPS

Isabel Cristina Guerreiro Pimentel MaiaFAP

Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

Manuel Fernando Rascão MarquesPSD

Joaquim Francisco da Silva PereiraFAP

Victor Manuel dos Santos MadalenoPS

José António Borges LigeiroFAP

Célia Maria da Silva MoraesPS

António Graça LapãoFAP

Isabel César PereiraPS

Adélia Maria Ramos BatataPSD

Gonçalo Raposeiro FariaFAP

Silvina da Silva Fonseca Anadio de QueirozCDU

Micaela Miranda DurãesFAP

Pedro Miguel da Silva Ribeiro JorgeBloco de Esquerda

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Alqueidão) Clarisse da Silva Ferreira OliveiraPS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves BatataPS

(Buarcos e São Julião) Rosa Maria Martins Ferreira BaptistaFAP



(Ferreira-a-Nova)	Susana Maria Rodrigues Oliveira MonteiroPS
(Lavos)	José Coelho Henriques da SilvaPS
(Maiorca)	Rui Pedro Pinto FerreiraPS
(Marinha das Ondas)	Armando Fernandes GomesPS
(Moinhos da Gândara)	Gilberto Fajardo OliveiraPSD
(Paião)	José Alberto da Silva CarvalhoFAP
(Quiaios)	Ricardo Manuel Rodrigues SantosPS
(São Pedro)	Jorge Aniceto Pimentel dos SantosPS
(Tavarede)	Fernando António Martins LopesPS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves AlemãoPS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

José Manuel Cunha Carvão por Isabel César Pereira, Rosa Maria da Costa Reis por Micaela Miranda Durães, e José Alberto Jordão Suzana por Armando Fernandes Gomes.

COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

José Manuel Cunha Carvão, Rosa Maria da Costa Reis, e José Alberto Jordão Suzana.

FALTA

Justificou a sua falta o deputado municipal Paulo Henrique Nisa Mariano.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco para aprovação a ata da sessão extraordinária de 26 de novembro de 2021."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Susana Oliveira Monteiro e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por maioria, com trinta e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, e Bloco de Esquerda, três abstenções dos membros do Partido Socialista, Isabel César Pereira e Armando Fernandes Gomes, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Micaela Miranda Durães, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 26 de novembro de 2021.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

1.2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS



SEGUNDO SECRETÁRIO deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

«- Convites de algumas coletividades para aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar-----

- Convites do Presidente da Câmara para o(a):-----

• Receção à comitiva do Sport Lisboa e Benfica-----

• Dia Internacional de Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres, com a apresentação do livro «Notas para Ela», da autora figueirense Tânia Cruz D'Oliveira-----

• Final do Campeonato do Mundo de Motonáutica-----

• Cerimónia de Encerramento da Safra da Sardinha-----

• Cerimónia de assinatura de um protocolo de colaboração, com o objetivo de estabelecer os termos de cooperação quanto à execução e manutenção do projeto «EUROVELO 1 - Rota da Costa Atlântica»-----

• Cerimónia de Assinatura do Auto de Consignação da Empreitada «Pavimentação da Estrada de Ligação entre a Rua do Farol Novo, na Murtinheira e a E.N. Estrada Nacional 109», vulgarmente denominada por estrada Enforca Cães-----

Convites de:-----

- Município de Gondomar para a 4ª Edição do GONDOMAR A INOVAR 4.0, seminário internacional-----

- Freguesia de Ferreira-a-Nova para a apresentação do Livro: Gândara - O Ciclo de Ferro, de Elias Quadros-----

- Guarda Nacional Republicana - Centro de Formação da Figueira da Foz para a Cerimónia Militar do Juramento de Bandeira do 46.º Curso de Formação de Guardas-----

- Freguesia de Ferreira-a-Nova para a apresentação do livro: A Orla - À Margem de Um Segredo, de Márcio Jesus-----

- Freguesia de Bom Sucesso para o Mercadito de Natal-----

- Confraria do Arroz Doce de Maiorca para o I Capítulo de Entronização dos seus Confrades-----

- IPPS-Iscte para a 10ª edição do Fórum das Políticas Públicas dedicado ao tema «Os fundos europeus e as políticas públicas em Portugal»-----

- Sociedade Filarmónica Figueirense para o 1.º Festival de Danças de Salão-----

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Figueira da Foz para o seu 139º aniversário-----

- Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa para o 11º Salão internacional



em arte de pequeno formato 20x20-----
- Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Câmara Municipal da Figueira da Foz para o Magusto de 2021-----
- Comissão da Festa do Senhor da Paciência de Maiorca para a Festa do Divino Senhor da Paciência de Maiorca-----
- Figueira Sabor a Mar para o Festival Gastronómico do «Bacalhau e seus Derivados»-----

- Padre Fileno para a dedicação da Igreja Matriz de Bom Sucesso-----
- Grupo Recreativo Vilaverdense para a Gala de Aniversário 100 ANOS GRV, com a participação da Orquestra de Jazz da Escola de Artes do Centro de Artes e Espetáculos, Ana Bacalhau, Irina Lopes, Beatriz Alves, Cátia Maricato, Lara Ramalho, Pedro Martins, Luís Pinto, Reviverdance, Ballet Boys-----
- Delegação de Maiorca da Cruz Vermelha Portuguesa para o Dia do Voluntário e inauguração Oficial da nova viatura de Emergência-----
- Misericórdia - Obra da Figueira para o seu 182º Aniversário-----
- MAGENTA para a exposição de Ana Antunes-----
- MAGENTA para a inauguração da Exposição Coletiva de Natal-----
- Associação Musical União Filarmónica Maiorquense para um Concerto de Natal na Igreja Matriz da Paróquia do Santíssimo Salvador-----
- Sociedade Artística Musical Carvalhense para um concerto de Natal na Igreja Paroquial de Lavos-----
- Coral David de Sousa para o evento «Cânticos de Dezembro», na Igreja Matriz de São Julião.»-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Como nenhum cidadão se inscreveu para intervir neste Período de Antes da Ordem do Dia, passaremos de imediato aos assuntos gerais de interesse do Município."-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - MOÇÃO PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS "PERDIDAS", SUBSCRITA PELA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "No início da segunda década deste século, por «força» da chamada «Reorganização Administrativa do Território», a Figueira da Foz perdeu quatro das suas freguesias: São Julião, Brenha, Santana e Borda do Campo, tendo



Vila Verde perdido território.-----
Desde essa hora que defendemos a reposição das freguesias, desde que auscultadas as suas populações. Está claro, nesta nova hora, que todas se sentem igualmente injustiçadas e dispostas a lutar pela reversão.-----
A Lei 39/2021, de 24 de junho, está a escassos dias de ver cumpridos os 180 dias previstos para a sua entrada em vigor.-----
É tempo, pois, de a Assembleia Municipal se manifestar sobre esta questão que tanto lesou populações do nosso concelho. Daí que hoje deva assumir o compromisso de tudo fazer para que sejam ultrapassados os constrangimentos já vertidos na referida Lei.-----
É necessário dar voz à insatisfação das populações envolvidas e respeitar-se a vontade dos cidadãos, procedendo à reposição das freguesias em causa.”-----
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Patrícia Colaço Jorge.
PATRÍCIA COLAÇO JORGE: “Quanto à Moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária sobre a reposição das freguesias prevista na lei 39/2021, de 24 de junho, temos a focar alguns pontos de relevo.-----
Na sessão extraordinária de 10 de outubro de 2012, dando cumprimento ao estipulado no art.º 11.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, e de acordo com os fundamentos apresentados, a Assembleia Municipal da Figueira da Foz propôs agregar quatro freguesias. Os parâmetros de agregação para o Município da Figueira da Foz estipulavam a redução de 50% do número de freguesias cujo território se situasse em lugar urbano - São Julião e Tavarede - e 30% do número de outras freguesias. Ou seja, no caso da Figueira da Foz teriam de se agregar seis freguesias, uma em lugar urbano e cinco em lugares não urbanos.-----
A pronúncia então apresentada, ao abrigo do n.º 3 do art.º 5.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, permitiu, do ponto de vista da autarquia, fundamentar junto da Unidade Técnica que a freguesia de Tavarede não se situava em lugar urbano. Assim, para efeitos de aplicação dos parâmetros de agregação, o Município da Figueira da Foz passa a ser composto por uma única freguesia situada em lugar urbano, São Julião. Contudo, porque o art.º 7.º permitia uma margem de flexibilidade em casos devidamente fundamentados, autarquia vem propor uma redução do número de freguesias do respetivo município até 20%. Da aplicação da margem de flexibilidade resulta em quatro o número final de freguesias a extinguir, portanto, menos duas do que aconteceria se não tivesse havido apresentação de pronúncia.-----
Nestes termos e com os fundamentos da nota justificativa da pronúncia da Assembleia



Municipal da Figueira da Foz, agregaram-se as freguesias de Buarcos e São Julião da Figueira da Foz, passando a nova freguesia a denominar-se de Buarcos com sede na Vila de Buarcos; as freguesias de Alhadas e Brenha, passando a nova freguesia a denominar-se de Alhadas com sede na Vila de Alhadas; as freguesias de Borda do Campo e Paião, passando a nova freguesia a denominar-se de Paião e, finalmente, as freguesias de Ferreira-a-Nova e Santana, passando a nova freguesia a denominar-se de Ferreira-a-Nova com sede no lugar de Ferreira-a-Nova. As restantes freguesias mantinham-se inalteradas quanto à sua designação e sede, tendo-se procedido a alterações territoriais.-----

Segundo a proposta da Assembleia Municipal, o território administrativo do Concelho da Figueira da Foz constituído por dezoito freguesias, uma situada em lugar urbano, São Julião, e dezassete não situadas em lugar urbano. Com a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica passaram a existir catorze freguesias no concelho da Figueira da Foz - Alhadas, Alqueidão, Bom Sucesso, Buarcos, Ferreira-a-Nova, Lavos, Maiorca, Marinha das Ondas, Moínhos da Gândara, Paião, Quiaios, São Pedro, Tavadrede e Vila Verde.-----

Já relativamente à definição da delimitação dos limites territoriais das novas freguesias do concelho, considerámo-las manifestamente restritivas, pois passamos a limitar relativamente à integridade do nosso poder local.-----

Portanto, manifestando concordância com a Moção apresentada pela deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, e face ao reconhecido insucesso da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, temos a dizer que deveremos aproveitar a inexpressividade do Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. Tanto a nível constitucional, como a nível financeiro e social essa reorganização terá de ser oportunamente ultrapassada, a tempo e depois de discutidos os dossiers das freguesias, com a nova Lei 39/2021, de 24 de junho."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "O grupo municipal do Partido Socialista manifesta o seu voto favorável a esta moção.-----

É importante salientar que a agregação das freguesias em 2012 não teve o voto favorável do Partido Socialista.-----

Como sabemos, a nova lei ainda não entrou em vigor, mas determina um conjunto de requisitos subjacentes à reversão da agregação das freguesias feita em 2012. Em meu entendimento, vamos ter de esperar pela entrada em vigor da nova Lei e, também, de ouvir os autarcas destas freguesias e os seus órgãos próprios. Teremos de saber



se todas as freguesias que foram agregadas querem ver essa situação revertida. Provavelmente, daquilo que conhecemos da lei, algumas não cumprirão os requisitos, não sendo, por isso, motivo de discussão.-----

O grupo municipal do Partido Socialista votará favoravelmente esta Moção na generalidade e especialidade, e depois, obviamente, estaremos cá para analisar freguesia a freguesia qual vai ser a nossa posição."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Se não estou enganado, em 2015 o Partido Socialista no seu programa eleitoral a nível nacional prometeu a reversão da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. Nesse mesmo ano de 2015, a candidatura do Partido Socialista à Câmara Municipal da Figueira da Foz prometeu exatamente o mesmo.-----

Decorrido todo este tempo, apesar das promessas do então Ministro Dr. Eduardo Cabrita, nada sucedeu. Mais, o Governo da geringonça (assim se chamava) reverteu muitas medidas do anterior Governo. Então, porque não reverteu a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica?-----

A nossa posição é a mesma de sempre - ouça-se a população, apresentem as competentes propostas das assembleias de freguesia, e o Partido Social Democrata acompanhará o que for decidido."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "Queria lembrar que neste processo a freguesia de Vila Verde, como sabem, perdeu território sem qualquer justificação, tanto quanto sei, uma situação única a nível nacional. E isso é algo que nos toca e nos deixa com muita mágoa.-----

Uma nota, ainda, para o facto desta Assembleia Municipal, em setembro de 2016, ter votado favoravelmente a reversão do território a Vila Verde.-----

Vila Verde teve sempre as mesmas delimitações desde 2003, como todos bem sabem, e é agora o tempo de se fazer justiça em relação a todo este processo que lhe retirou grande parte do seu território."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Agradeço ao deputado municipal João Raul Portugal o facto de estar com a Moção, mas o que esta Moção pretende é instar este órgão a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para ultrapassar os constrangimentos da Lei n.º 39/2021. Ora, do ponto de vista da Coligação Democrática Unitária, estes constrangimentos não são coisa que não se possa ultrapassar, desde que haja uma



luta política nesse sentido.-----
Pelas suas palavras depreendi que se estava a agarrar muito à letra da lei e que, por exemplo, já não estariam em discussão Brenha e Borda do Campo, facto que nós repudiamos.-----

Relativamente à intervenção do deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão direi que é, de facto, uma situação muito frustrante para aquela população. Também a própria população de São Julião já teve oportunidade de manifestar a sua profunda insatisfação com o destino que lhe coube, através de vários mecanismos, incluindo uma Assembleia de Freguesia.-----

O meu querido amigo Teotónio Jesus Cavaco perguntou porque não fora, entretanto, revertida a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica pelo Governo da geringonça, apesar das promessas eleitorais e de ter revertido outras tantas situações de governos anteriores. Responderei: porque quando o Partido Comunista Português e Os Verdes apresentaram, na Assembleia da República, documentação e propostas de lei nesse sentido, elas foram numa primeira instância reprovadas pelos votos conjuntos do CDS - Partido Popular, Partido Social Democrata e Partido Socialista."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Na minha intervenção, em momento algum, descartei Brenha ou Borda do Campo! Nós nunca defendemos a agregação, e o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco ressaltou e até nos recordou das nossas intervenções, e quem o ouviu falar até parece que foi o Partido Social Democrata que defendeu a não agregação. Mas a memória é curta!!!-----

Apenas quis dizer que existe uma lei que vai entrar em vigor, temos de ver os critérios nela definidos, e também não sabemos se as populações outrora agregadas querem novamente voltar à situação anterior.-----

O Partido Socialista defende e sempre defendeu tanto nesta Assembleia Municipal como a nível legislativo que não houvesse esta agregação, mas se passado todo este tempo, houver alguma antiga freguesia que não se queira voltar a desagregar, não vai ser o Partido Socialista a ir contra as suas próprias vontades.-----

Quanto à questão da lei, naquilo que nós possamos defender as freguesias que foram agregadas e que tenham essa vontade, obviamente, vamos defendê-las, independentemente de ser uma lei do Partido Socialista ou de outro partido qualquer.-----

Agora, podemos alterar de opinião em matéria de localidades de algumas freguesias



antigas que hoje não queiram reverter a situação, mas isso só depois de ouvir os órgãos locais é que nos podemos pronunciar. Até hoje ainda não se pronunciaram e, portanto, não podemos sobre essa matéria tecer qualquer comentário.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Susana Oliveira Monteiro.-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: “À imagem daquilo que foi feito em Vila Verde, também no anterior executivo e assembleia de freguesia de Ferreira-a-Nova foi aprovada uma Moção em relação à desagregação da freguesia de Santana.-----
Em minha opinião, esta continuará a ser a vontade da nossa freguesia de Ferreira-a-Nova, até porque para a sua população Santana não lhes diz nada, não lhes traz nada de mais e, de igual forma, para a população de Santana em relação a Ferreira-a-Nova.-----

Ao fim de oito anos de agregação das duas freguesias continuam a registar-se duas realidades completamente distintas, portanto, aguardaremos agora a entrada em vigor da lei, iremos acompanhar e também desenvolver todas as démarches para que nos possamos desagregar, se isso assim for possível. Numa primeira leitura, achamos ser possível esta desagregação. De qualquer das maneiras, iremos acompanhar este processo com o maior interesse.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Afirmar-se que os órgãos das freguesias não se tenham manifestado sobre este assunto, não é exato.-----

Já se manifestaram sobre este assunto, como eu referi atrás, a Assembleia de Freguesia de Buarcos e São Julião defendendo a desagregação, e como acabou agora de citar a deputada municipal Susana Oliveira Monteiro, as populações de Ferreira-a-Nova, e a Assembleia de Freguesia de Brenha.-----

Também se manifestaram em sede de Assembleia de Freguesia, as populações de Paião e Borda do Campo, sendo que, na altura, a Moção apresentada pelo representante da Coligação Democrática Unitária foi reprovada pelos restantes parceiros da Assembleia de Freguesia.-----

Contudo, para além dos órgãos da Freguesia, temos ainda de auscultar o pulso da população, porque os órgãos são normalmente constituídos por nove pessoas e a população, felizmente, é bastante mais.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos



Eleitores Figueira A Primeira Paulo Nisa Mariano, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, do membro do Partido Social Democrata Gilberto Fajardo Oliveira, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, três abstenções dos membros do Partido Social Democrata Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques e Adélia Ramos Batata, e sem votos contra, aprovar a Moção pela Reposição das Freguesias "Perdidas", subscrita Pela Coligação Democrática Unitária, no sentido de tudo fazer para que sejam ultrapassados os constrangimentos já vertidos na Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, tendo em vista a reposição das freguesias agregadas pela Lei da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

B - TRANSPORTES PÚBLICOS - CONCURSO PROMOVIDO PELA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "O Concurso para os transportes públicos tinha como data limite para apresentação das propostas o início do mês de dezembro. Pergunto ao executivo municipal se esse concurso foi concluído?-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O concurso para os Transportes Públicos decorre no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, está na fase de aceitação de propostas, e espero que esteja concluído até 25 de janeiro."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

C - CONFINAMENTO/TELETRABALHO/AULAS REMOTAS/INSTALAÇÃO DE FIBRA ÓTICA EM BORDA DO CAMPO - PERGUNTA AO EXECUTIVO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "A população da extinta freguesia de Borda do Campo espera desde há largos meses que lhe seja instalado um serviço de internet por via terrestre capaz de permitir o teletrabalho e assistir a aulas remotas com um mínimo de qualidade. O anterior executivo garantiu que até ao final do ano uma operadora iria proceder à instalação de fibra ótica.-----

Durante o último período de confinamento, as crianças da Borda do Campo viram-se impossibilitadas de seguir as aulas e os profissionais em teletrabalho ficaram impedidos de exercer a sua atividade. Desde então, procedeu-se à instalação de um posto Wi-fi na antiga Junta de Freguesia de Borda do Campo, obrigando os residentes



a deslocarem-se ao local para aceder à internet.-----
Tendo em conta que a primeira semana de janeiro será um período de recolhimento ditado pelo estado de calamidade em que nos encontramos, e que não está excluída a hipótese de outros períodos semelhantes se sucederem, o Bloco de Esquerda questiona o executivo se já existe uma data definitiva para a instalação da fibra ótica na Borda do Campo.-----

Caso o executivo não tenha ainda uma data para a instalação definitiva da fibra ótica, pondera o executivo o aluguer de uma ou duas antenas amplificadoras de sinal (com alcance de algumas centenas de metros a alguns quilómetros) para permitir às crianças e aos trabalhadores da Borda do Campo prosseguirem as suas atividades?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Tomei boa nota da pergunta e sugestão do deputado municipal Pedro Miguel Jorge, e irei conferir a data previsível para sugestão das antenas para o reforço do sinal em Borda do Campo."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

D - PASSAGEM DE ANO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Relativamente à passagem de ano gostaríamos de ser informados sobre o que está na génese da decisão do Município da Figueira da Foz para manter os festejos da passagem de ano, ao contrário do posicionamento, nesta matéria, de outros Municípios, como o Porto, Coimbra, Lisboa e Algarve. E isto não é uma crítica! Foi uma decisão do executivo por si só? Ou tem alguns pareceres, alguns estudos, nomeadamente, contactos com a Direção Geral de Saúde ou com o Delegado de Saúde que possam de alguma forma sustentar esta decisão?-----

Abordamos este tema apenas por precaução, porque nós sabemos que o país está a atravessar um momento complicado, e a Figueira da Foz também, com imensos casos de Covid-19."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Não posso deixar de dizer que atento ao facto lamentável do crescimento de infetados com Covid no nosso Concelho, ao invés do que acontece com outros concelhos, alguns até limítrofes, o Município da Figueira da Foz mantém as festividades e a consequente aglomeração de pessoas, correndo riscos para todos os munícipes.-----

Espero que depois deste evento não aumente exponencialmente o número de infetados



e a economia local venha a sofrer as devidas consequências! Estarei atento e não deixarei de responsabilizar politicamente os responsáveis e claro, em caso contrário, de elogiar.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Mafalda Reis Azevedo.

MAFALDA REIS AZEVEDO: “Complementarmente à intervenção do deputado municipal João Raul Portugal, gostaria de saber qual o valor do evento do Coliseu para a passagem de ano.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guerreiro Maia.-----

ISABEL GUERREIRO MAIA: “Vivemos tempos de insegurança e de incerteza... Refiro-me, naturalmente e especificamente à pandemia e não só. Mas quanto à pandemia, se há alguma coisa que já aprendemos nestes dois anos, é que diariamente vamos ter de nos informar e vamos aprendendo cada vez mais com quem sabe sobre as novas variantes. As novas variantes surgem, umas mais letais, umas mais contagiosas, e temos de ter calma. Temos de perceber que não são as vontades políticas que determinam esta ou aquela tomada de decisão, mas temos de dar espaço à ciência que vai evoluindo, vai aprendendo também e, desta forma, é o pilar de qualquer decisão de boa governança.”-----

Eu percebo a ansiedade e a preocupação de todas as forças políticas e concretamente, por exemplo, quando perguntam sobre a passagem de ano, mas tenho mais uma vez de apelar para a confiança no novo executivo. Foi este executivo que os figueirenses confiaram. É este executivo que nunca vai negligenciar qualquer tomada de decisão contra a saúde e a segurança dos nossos concidadãos!-----

A segurança e a saúde estarão sempre em primeiro lugar, mas não podemos descurar que a governança local tem muitas outras variáveis e outras dimensões para equilibrar. É fácil perceber e antecipar e querer ansiosamente uma decisão para o fim do ano, percebemos que faltam alguns dias, mas alguns dias são múltiplos minutos e segundos aos quais vamos acrescentando maior valorização nas nossas informações e na tomada de decisão. E é isso que este executivo está a fazer, congregando informação científica e não precipitada para poder tomar uma decisão! Ao contrário de outros municípios que apressadamente anularam a sua agenda, nós queremos que os figueirenses fiquem na nossa cidade, aliás, porque o êxodo numa altura destas para outros eventos, que também não controlamos, pode trazer consequências para a nossa comunidade. Portanto, tenhamos calma, confiemos e deixemos governar este executivo!-----

Um dos exemplos que dou é que a agenda inicial do fim de ano, por exemplo, previa



DJs. Naturalmente, com consciência, este executivo percebeu que esta nova variante tem um segmento da população que iria estar presente neste tipo de eventos – crianças e jovens no caso – e automaticamente anulou. O Coliseu tem a possibilidade de ter uma lotação muito maior (já foi reduzida a menos de 50% para o previsto) e podemos controlar as entradas. Ou seja, neste momento, a decisão do executivo está de encontro à legislação e às orientações que temos do poder local e da Direção Geral da Saúde.-----

E fiquem tranquilos, porque até ao dia da passagem de ano este executivo, minuto a minuto, terá ponderadamente a decisão certa para os nossos concidadãos. Uma coisa, eu gostaria de pedir – não podemos antecipar uma barreira para acrescentar a estas barreiras da imprevisibilidade que vivemos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Sobre a passagem de ano, não vou entrar em debates sobre ansiedade. Seria mais um debate farmacêutico em matéria de ansiolíticos. Mas que sinto desconfiança em relação a todas as decisões, sinto. Cada decisão que tomamos têm de saber – reuniram com alguém, falaram com alguém, baseiam-se em quê??? Nós temos de ver os outros também um pouco por nós próprios, eu não desconfio dos outros do modo como, pelos vistos, alguns desconfiam das outras pessoas.-----

É a primeira vez em quarenta anos de vida política que ouço tanto balanço ao fim de dois meses. É uma coisa absolutamente extraordinária!-----

Julgam que nós íamos decidir a passagem do ano da noite para o dia? Eu posso-vos dar a lista, mas basta ir ao Blitz para ver quantos concertos há daqui até janeiro nas mais variadas cidades do país, até em algumas que proibiram a passagem de ano. Eu considero uma precipitação algumas decisões tomadas por outros municípios, não fazendo sentido nenhum. Proibir o fogo de artifício, mas, por que carga de água? Outra coisa é fazer o apelo para não haver aglomerações, para as pessoas não se concentrarem todas no mesmo sítio. Contudo, se há algo que qualquer responsável público tem de fazer num momento como o país atravessa e o mundo, é também ter cuidado com a saúde mental das pessoas, não criar climas excessivamente depressivos sem fundamento. Cancelar o fogo de artifício, nunca! Não vejo nenhuma razão para o fazer, ainda para mais quando ele é lançado de vários pontos do litoral do Concelho e as pessoas podem apreciá-lo das suas casas, das suas janelas, outros do seu carro. E as forças de segurança têm de atuar para evitar as aglomerações de pessoas.-----

Relativamente ao espetáculo no Coliseu estão tomadas as medidas para só haver



cerca de metade da lotação, isto é, cada lugar onde uma pessoa se sente não poder haver ninguém ao lado, na frente, nem atrás. Quinta-feira, houve uma reunião com as várias autoridades da Proteção Civil e da Saúde para confirmar, de facto, que não existem obstáculos em relação aos planos anunciados. Estas decisões são tomadas depois de muita ponderação, porque aqui não há só um caso de psicologia coletiva, de ânimo das populações e de alguma esperança no seu futuro, há também, naturalmente, um caso de razões económicas e, principalmente, para os que menos têm e para aqueles que precisam mais.-----

Perguntam-me em todo o lado, e os senhores deputados também ouvirão, se vou cancelar o fim de ano. É natural! Durante o período áureo da pandemia sabemos como as pessoas foram absolutamente fustigadas nas suas condições económicas e se nós conseguirmos garantir as condições segurança, porque não? Eu nunca percebi por que razão temos de castigar os nossos concidadãos para fazermos oposição política?!- Em vez de dar os exemplos de Lisboa e do Porto deviam-nos dizer assim (como eu vi publicado pelos técnicos da Associação dos Técnicos de Eventos e Outros): finalmente, há um concelho que, pelo menos, tem prudência, que é a Figueira da Foz.-----

Por que não hão de vir à Figueira da Foz? O senhor deputado João Portugal perguntou-me que pareceres seguimos, e eu respondo: o do Governo. Confia no Governo? Já viu o Governo fechar o futebol? Já o viu encerrar os cinemas e os teatros? Quer parecer mais fidedigno? Se o Governo determinar que não há espetáculo nenhum, pois nós não faremos a passagem de ano na Figueira da Foz. Agora, não temos de ser mais papistas que o Papa!-----

Sobre o número de infetados com Covid-19 só se deve falar mesmo quando se sabe. Sabe que não há uma atualização das altas. As próprias autoridades de saúde confessam não ter meios suficientes para o fazer e, como não há atualização das altas, os números parecem piores, não sendo, obviamente, tranquilizadores. Temos de estar alerta, por isso, também criamos da parte do Município locais de testagem gratuita e aumentámos de um para dois centros devido ao número de pessoas que acorreram. A vereadora Olga Brás está em permanentíssimo contacto com as autoridades de saúde, como não podia deixar de ser.-----

Ouvir, como ouvi dizer: «se não correr bem cá estarei para o responsabilizar», para o incriminar, já agora, e «se correr bem para o elogiar», mas o que é isto? Agora, a saúde pública é instrumento desta jinga joga?! Senhor Presidente da Assembleia, eu quero exprimir o meu repúdio por este tipo de intervenções!-----



Está previsto para dia 01 de janeiro o Concerto da Orquestra Clássica do Centro com uma Soprana. Foram cancelados, de facto, os espetáculos que chegaram a ser admitidos com DJs. O Centro de Artes e Espetáculos tem continuado a sua programação. E só não se pode fazer o espetáculo com um cantor no Coliseu???-----
Eu exorto os senhores deputados que lançam as perguntas para o ar a dizerem qual é a vossa posição. São deputados, são responsáveis políticos, estão aqui para fiscalizar tudo, então, digam-me qual é a vossa posição? Eu cá estarei para os responsabilizar ou para elogiar. Não acho que seja maneira de tratar uma matéria destas!-----

Eu não recebo lições de tolerância seja de quem for. Fui seis anos Provedor da Santa Casa Misericórdia de Lisboa, entre outras funções. Talvez outros precisassem de lições minhas para pôr as coisas a funcionar como deve ser, nomeadamente, hospitais que foram adquiridos e estão fechados, quando podiam ser grande reforço em matéria de cuidados paliativos e cuidados continuados.-----
Portanto, espero que estejamos entendidos, porquê essa pergunta - se ouvi alguém? Acha que ouvi quem, a Associação dos Bares. Por amor de Deus, estamos a falar de Covid, da vida das pessoas, da saúde das pessoas, mas também do comer e da subsistência das pessoas. É preciso procurar um equilíbrio nestas matérias. Eu aceito jogar todos os jogos da política, contudo, em matéria de saúde não jogo mesmo! Senhor Presidente, eu peço para Assembleia Municipal dizer qual é a sua posição. É muito fácil atirar foguetes para o ar, agora, eu quero saber se a Assembleia Municipal está de acordo ou não com a posição do executivo. E cada um, cada grupo municipal me diga se devemos suspender ou não a passagem de ano."----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Há uma coisa na sua intervenção que eu acho incrível, e desculpe que o diga aqui diretamente, com toda a frontalidade e com todo o respeito. O senhor começa a sua intervenção dizendo achar incrível como é que neste executivo, nesta Cidade, se faz um balanço ao final de dois meses, e eu concordo consigo, de facto, é demasiado prematuro.-----

Mas o senhor Presidente da Câmara, na terça-feira não deu um direto à população figueirense fazendo um balanço dos seus dois meses de mandato? O senhor pode fazer o balanço e a oposição não pode comentar esse mesmo balanço?!!! Com todo o devido respeito não fique incrédulo, porque quem começou este discurso do balanço foi o senhor na terça-feira à noite, num direto a todos os figueirenses, e não o grupo municipal do Partido Socialista.-----



Não é normal que nós coloquemos questões até mesmo sobre essa intervenção que fez? Nós estamos aqui num órgão para tomar decisões e questionarmos o executivo, não fique muito chateado ou incrédulo de nós lhe perguntarmos questões muito concretas. Sobre a questão da passagem de ano, eu gostava de ouvir as respostas às perguntas que lhe fiz e que não me respondeu. Nós colocamos as questões para percebermos e também formarmos a nossa opinião, depois de o ouvir.-----

O grupo municipal do Partido Socialista não está contra a passagem de ano, fique bem claro, para não haver vitimização de ninguém sobre esta matéria, e amanhã não virem para os jornais dizer que não há passagem de ano na Figueira da Foz porque o Partido Socialista foi contra. E também não ouviu, pelo menos da nossa parte, nem vai ouvir, que se se realizar a passagem de ano cá estaremos para tirar as consequências.-----

É uma decisão difícil, percebo a sua posição e, quando questionado, se calhar, o senhor Presidente viu isso como uma questão de maldade. Não foi por maldade, não foi para tirar consequências políticas! Nós, tal como o senhor, não queremos tirar consequências políticas em matéria de saúde. Aí, estamos juntos consigo, mas estamos juntos a avaliar.-----

Não disse a senhora deputada municipal Isabel Guerreiro Maia, agora há momentos, que nós devíamos todos juntos em prol da Figueira, sem ansiedade, discutir para defender a Figueira da Foz? É o que estamos a fazer. Nós não tomamos posição, colocámos questões e estamos ao seu lado nesta matéria, mas por favor, elucide-nos.-----

Com o devido respeito, às questões que coloquei sem qualquer agressividade, as duas respostas obtidas não me permitem formular uma resposta à sua questão.-----

Não veja em todas as nossas questões, um ataque às decisões do seu executivo, porque não o são. Agora, ajude-nos a nós a formar as nossas opiniões com questões muito concretas e sem ataques senhor Presidente.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Não deve ter ouvido essa parte, onde eu lhe respondi que ainda na quinta-feira houve uma reunião com todos os elementos da Proteção Civil, incluindo as autoridades de saúde, sobre tudo o que está previsto para a passagem de ano. Naturalmente, se tivesse havido um veto das autoridades de saúde não continuaríamos.-----

Quanto ao balanço dos dois meses, isto é uma «pescadinha de rabo na boca». Eu fiz essa comunicação também ou, principalmente, por uma série de questões que vêm já



sendo suscitadas nestes dois meses sobre missões ou realizações do Município.---
O que eu não considero razoável é que se diga - não somos contra. Isso não é nada,
com toda a franqueza. Há que tomar decisões, ou somos contra, ou somos a favor.
Se precisar de dados, faça o favor de dizer."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Brás, com a prévia anuência
do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA BRÁS: "Quem me conhece sabe que sempre fui, desde o início da
pandemia, muito preocupada com estas questões. Efetivamente, senhor deputado João
Raul Portugal, o executivo teve uma reunião com o Delegado de Saúde Pública e
equacionou todas as questões relacionadas com a passagem de ano. Vai haver um
Plano de Contingência próprio para os festejos do final de ano e com todas as
regras de segurança emanadas pela Direção Geral de Saúde, cujo último boletim foi
atualizado no dia 17 de dezembro. Portanto, será de acordo com essas normas que
se irá processar a passagem de ano.-----

Lembrem-se que em janeiro de 2021 estávamos nós em estado de emergência tendo a
Figueira da Foz registado mil e tal casos positivos, pois, neste momento, estamos
em estado de calamidade desde o dia 01 ou 02 de dezembro e, como é óbvio, a
sociedade abriu-se completamente. Ou seja, é natural que haja mais casos de Covid
e ressaltando que, no nosso Concelho, muito particularmente, mais de 50% deles se
prendem com casos positivos de pessoas que não estão vacinadas. Isto é uma
responsabilidade que todos temos de ter individualmente que, de certa forma, depois
a nível coletivo tem as suas repercussões. No entanto, eu quero descansar as
pessoas, porque esta passagem de ano está em alinhamento com todas as normas e
diretrizes quer da Direção Geral de Saúde, quer da Saúde Pública da Figueira da
Foz, e em consonância com todas as autoridades de saúde."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Mafalda Reis Azevedo.

MAFALDA REIS AZEVEDO: "Senhor Presidente da Câmara, não respondeu às minhas
perguntas, por lapso, creio eu. Perguntei, especificamente, qual era o investimento
feito no evento do Coliseu e, já agora, gostava de saber qual vai ser a sua lotação
para o evento, se mo puderem transmitir."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Posso-lhe garantir que o investimento na passagem de ano e
Natal fica bastante abaixo do que aconteceu em quaisquer outros anos normais neste
Concelho.-----

Neste momento, o que existe é um espetáculo do cantor Matias Damásio e a Orquestra



Clássica do Centro, portanto, ultrapassarão em pouco a meia centena de milhar de euros, mais os cerca de 20.000 euros do Natal. Serão verbas consideradas normais, adequadas e equilibradas para o tempo em que vivemos.-----
Como sabe, os bilhetes nesse espetáculo do Coliseu serão a 2 euros para permitir também um melhor controlo de entradas e, nomeadamente, em termos de segurança, sendo a receita entregue, posteriormente, a uma instituição de solidariedade social."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

E - MOSTEIRO DE SEIÇA/ESCOLA DAS ABADIAS/ESTRADA DO ENFORÇA CÃES/PONTE DE MAIORCA

PARA VILA VERDE - FUNDOS COMUNITÁRIOS/TRABALHO FEITO PELO ANTERIOR EXECUTIVO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Entre a última sessão da Assembleia Municipal e a de hoje, tivemos conhecimento da publicação do interesse público tanto da Estrada do Enforça Cães, como também, da Ponte de Alqueidão para Vila Verde, e da aprovação dos fundos comunitários de 02,4 milhões de euros para o Mosteiro de Seiça e de 800.000 euros para a Escola das Abadias."-----

Não seria correto que o grupo municipal do Partido Socialista não salientasse estas notícias, saudando o anterior executivo pelo trabalho que deixou ao futuro executivo, digamos, já leva meio mandato, obviamente, com tanta aprovação e trabalho feito. Fica aqui o registo!-----

Certamente, virão outros dossiers passados para aprovar, esperemos e, obviamente, também novos projetos do executivo."-----

Estes dossiers que vêm detrás, e que ao final de dois meses estão aprovados, demonstra que foram processos bem instruídos, um legado para o atual executivo para bem da Figueira e para bem de todos nós."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Quanto à ponte entre Alqueidão e Vila Verde estamos à espera de uma decisão que permita avançar com o processo."-----

Quer o Mosteiro de Seiça, quer a requalificação da Estrada do Enforça Cães têm consignação prevista para esta semana. Eu tenho procurado falar com os responsáveis para a obra avançar tão depressa quanto possível, porque, neste momento, há um problema com mão de obra e com o fornecimento de materiais, com concursos públicos e concursos que ficam desertos. Portanto, é preciso garantir que, depois da adjudicação, cabimentação, enfim, as decisões finais dos órgãos competentes, corra tudo bem com a empreitada."-----



E digo isto porque as empresas a quem adjudicamos têm várias obras e quando não têm mão de obra que chegue, vão decidindo para onde é que transferem os seus trabalhadores. Por exemplo, cheguei a ir à obra do Jardim Municipal e não estava lá ninguém e acabaram por concluir a obra até ao fim de semana. Na obra do Miradouro perto da Câmara, aqui referida, até ao fim de semana lá trabalhavam.-----
Deixem-me, já agora, informar-vos que em relação ao sintético da Gala tenho feito reuniões com o responsável da empresa, que esteve doente pelo meio, e os dirigentes do Município. Tem havido uma polémica entre ambos por causa duma drenagem e de outras questões técnicas que, neste momento, espero estar resolvida. Foram dados cinco dias à empresa para apresentar a proposta final para a obra ser executada, sob pena de rescisão litigiosa do contrato.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F – COLÉGIO DAS FREIRINHAS/EDIFÍCIO «O TRABALHO»/JARDIM MUNICIPAL/OBRAS NO «CASCO VELHO»

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Senhor Presidente da Câmara, congratulo-me pelo seu empenho em avançar com a obra de Requalificação da Estrada do Enforca Cães, acabando com meras promessas e tornando-a uma realidade; pelo facto de pretender a construção de um estacionamento coberto com ligação direta ao Mercado Municipal, esperando que também encontre uma solução para o imóvel conhecido por Colégio das Freirinhas, há vários anos um antro de lixos e de criação de animais nocivos à saúde pública, e logo junto ao Mercado Municipal!-----

Também na mesma zona se espera que, depois de utilização como mera campanha eleitoral do Partido Socialista, seja dado início à recuperação do denominado Edifício «O Trabalho», já que, felizmente, não o pretendem demolir, e não se fique por meros anúncios e colocação de uma tela, até porque não sei se o mesmo não poderá constituir um perigo para os utentes das ruas que o circundam. Solicito, desde já, a V.Ex.^a que a entidade de Proteção Civil apresente um relatório sobre a segurança e da não existência de perigo para os transeuntes.-----

Também me congratulo pela sua intervenção nas obras do Jardim Municipal com as decisões que já tomou, lamentando que não tenha tido o tempo de alterar o projeto do Coreto, com gosto diria estranho, por me fazer lembrar de algo que não se coaduna com um Jardim Público e se, efetivamente, o mesmo serve para os fins a que está a ser construído, nomeadamente, o espaço necessário para filarmónicas e qualidade sonora.-----



Gostava, também, que se conseguisse dar mais cor através da plantação de arvoredos coloridos e não só verde.-----

E porque se está a falar de obras, venho solicitar a V. Ex.^a que, dentro dos limites legais, suspenda as obras do dito casco velho e que as mesmas sejam repensadas e redesenhadas pois, o que está previsto não tem beleza, não ajuda o comércio e serviços ali instalados, nem traz conforto nem qualidade de vida. Pelo contrário, criou constrangimentos no trânsito já com alguns acidentes.-----

As obras devem ter um objetivo, não se compreendendo qual com o pouco que já está concluído. Exemplo real disto é a rampa de lançamento com quatro candeeiros em cada ponta e uma espécie de árvore plantada no meio. Um grande exemplo de dinheiro mal gasto a que o Partido Social Democrata sempre se opôs.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: “Gostaria apenas de lembrar ao deputado municipal Manuel Rascão Marques que a obra de Requalificação da Estrada do Enforca Cães para além de ser estudada, desbloqueada e cabimentada pelo Partido Socialista, foi ainda adjudicada pelo anterior executivo, no dia 8 de outubro de 2021.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

G - TROUPE RECREATIVA BRENHENSE - TEATRO TABORDA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Aproveito esta intervenção para fazer um apelo a V.Ex.^a: a necessidade de apoio efetivo à Troupe Recreativa Brenhense - Teatro Taborda, em Brenha, Freguesia das Alhadas. Associação centenária que com o Leslie viu o seu telhado ficar em estado preocupante, tendo sido em parte restaurado pelos seus associados, mas ainda há uma parte em risco de queda, e não recebeu qualquer apoio por parte do Município. Vá-se lá saber porquê?!-----

Gostaria muito que mandasse averiguar os motivos e ajudasse esta associação centenária que tem um património cultural que não merece ser abandonado destruído.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

H - BALNEÁRIOS E SANITÁRIOS DO EDIFÍCIO MUNICIPAL ONDE ESTÁ INSTALADA A ASSOCIAÇÃO

«A CASA»

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Este apelo tem a ver com a situação excecional em que, infelizmente, vivemos e com a necessária urgência em arranjar os balneários e sanitários do edifício municipal, repito, edifício municipal onde está instalada a associação «A Casa».-----



Esta associação presta serviços relevantes à comunidade de forma voluntária substituindo o Estado, lamentavelmente, a sua ação tem aumentado, devido ao aumento de procura por parte de pessoas carenciadas que têm de ser tratadas com dignidade e que precisam de tomar um banho para se sentirem melhor e até terem melhor apresentação para se poderem candidatar a um emprego.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, isto não é um donativo, é um investimento e muito pequeno para os milhões de que tanto se fala. Espero que na próxima Assembleia lhe possa agradecer pela resolução desta questão.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Está em curso o projeto para a reformulação das instalações da associação «A Casa» e do balneário lá existente.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I - HABITAÇÃO/ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Mafalda Reis Azevedo.

MAFALDA REIS AZEVEDO: “A habitação é, como todos sabemos, um direito fundamental constitucionalmente consagrado, sendo o alicerce a partir do qual os cidadãos constroem as condições que lhes permitem aceder a outros direitos como a educação, a saúde ou o emprego. Este é um direito da maior importância para a emancipação dos jovens, mas também para a fixação dos residentes no nosso Concelho.-----

E é neste contexto que a habitação, mas também a reabilitação, são cada vez mais reconhecidas como áreas estratégicas e fundamentais ao desenvolvimento humano e da vida em comunidade, e à promoção da competitividade e da coesão dos territórios. Foi deste modo que, no final de 2020, o Município da Figueira da Foz aprovou a Estratégia Local de Habitação, integrando o grupo dos dezassete primeiros concelhos a nível nacional com esta estratégia articulada com os programas e políticas do Governo e com os demais instrumentos de gestão territorial com incidência na habitação e na reabilitação urbana.-----

Esta estratégia onde foram identificadas precisamente as carências habitacionais do nosso Concelho, pretende por um lado fomentar a habitação social e, por outro, a habitação acessível para a classe média e para os jovens.-----

Por sua vez, em junho do presente ano, o executivo municipal do Partido Socialista estabeleceu um Protocolo entre a Câmara Municipal e o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana enquadrado na nossa Estratégia Local de Habitação e no Programa Primeiro Direito, assumindo assim a reabilitação de 230 habitações sociais, 124 da autarquia geridos pela Figueira Domus e 106 fogos da Figueira Domus, num



investimento previsto em cerca de 07 milhões de euros. E no quadro do Plano de Recuperação e Resiliência existe, de facto, financiamento a 100% para os primeiros 26.000 fogos, se executarmos a tempo este programa.-----

Neste sentido, eu gostava de perguntar ao atual executivo se há avanços nesta matéria, reiterando que a não execução a tempo do programa inviabiliza o financiamento à habitação social.-----

Ademais, parece-me pertinente falar sobre uma possível delimitação de uma zona de pressão urbanística prevista no art.º 2.º-A do Decreto-Lei 159/2006, de 08 de agosto, e no art.º 112-B do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, com a redação dada pelo Decreto-Lei 67/2019, de 21 de maio. Esta proposta vem no seguimento de um aumento do número de residentes na Freguesia da Marinha das Ondas, e atendendo, precisamente, à escassez, mas também à desadequação da oferta face às necessidades, ou realmente, por essa oferta ser a valores superiores aos suportáveis pela generalidade dos agregados familiares.-----

Assim, parece-me da maior pertinência que seja feita uma proposta pela Câmara Municipal para delimitação da zona de pressão urbanística, a ser depois submetida a deliberação da Assembleia Municipal e, deste modo, o Município estaria, então, em condições, segundo o Decreto-Lei 67/2019, de 21 de maio, de agravar a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis existentes que se encontram devolutos e degradados em zonas de pressão urbanística."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Há todo o empenho por parte da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal e dos serviços municipais em prosseguir com a Estratégia Municipal de Habitação.-----

Estamos atentos aos prazos, referidos pela senhora deputada que, naturalmente, já estavam na preocupação do anterior executivo, e estamos a desenvolver os trabalhos finais. Não quer dizer que prossigamos com todos os anteprojetos de regulamentos nos termos em que estavam previstos, mas iremos apresentar as propostas decorrentes das reformulações que entendermos adequadas.-----

Quer na recuperação de fogos, quer na questão dos isolamentos térmicos e proteção ambiental, nos vários domínios da intervenção, estamos a trabalhar para apresentar, dentro dos prazos, o necessário para nos candidatarmos aos apoios necessários e tomarmos as decisões que permitam beneficiar muitas das populações, que hoje em dia vivem em condições que não são aquelas que mais nos satisfazem. Ontem, em reunião de Câmara o senhor Vereador Nuno Gonçalves até lhes chamou «bunkers» ...--



Quanto à habitação não há nenhum recuo, não há nenhuma alteração substancial. Há um Regulamento de Renda Segura, onde se prevê um determinado tipo de garantias para os proprietários, com o qual nós talvez não estejamos 100% de acordo. É um que justifica mais algumas alterações, mas o trabalho prossegue em ordem, naturalmente, a permitir que a Figueira beneficie daquilo a que tem direito.”---

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

J - BALANÇO DE DOIS MESES DE MANDATO DO NOVO EXECUTIVO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guerreiro Maia.-----

ISABEL GUERREIRO MAIA: “Volvidos dois meses de mandato do novo executivo sufragado a 26 de setembro, que deu o mandato ao Dr. Santana Lopes e à sua equipa, eu acho ser justo afirmarmos que têm sido dois meses de grande tolerância por quem ganhou efetivamente estas eleições, tolerância natural para com todos aqueles que, de um momento para o outro, se sentaram em novas cadeiras e se viram em novos lugares. E esperamos que esses dois meses não se prolonguem pelos seis meses, que muitas vezes ouvimos pedir, para que essa adaptação se faça.-----

Foram dois meses também em que este novo executivo tentou e está a tentar com todo o afinho conhecer os cantos à casa, reconhecer tudo o que está feito e, naturalmente, tudo isto é uma envolvente nova, mas que não cause ansiedade à oposição, pois atempadamente e cautelosamente tudo será feito.-----

Eu acho necessário que, volvidos dois meses, se diga com franqueza que os figueirenses escolheram mudar, confiaram num novo executivo, e é esse executivo que tem de governar e em quem temos de confiar.-----

Entendo toda a ansiedade, percebi até durante a campanha que, de facto, o programa genial de quem ganhou estas eleições foi muitas vezes replicado, e as boas ideias são mesmo para replicar pelas outras forças políticas.-----

Está na hora de arregaçar as mangas e de juntos fazermos jus à opção dos nossos concidadãos! Vamos trabalhar em prol da Figueira da Foz! Vamos trabalhar em prol de um programa que os figueirenses desejam, em prol de uma Figueira da Foz melhor para que, dentro de pouco tempo, possamos dizer aos nossos filhos e netos que podem permanecer e já não têm de sair desta cidade para viver e trabalhar.-----

Vamos deixar governar quem ganhou, vamos apoiar! As novas eleições são só daqui a quatro anos e têm muito tempo para ficar ansiosos. Portanto, vamos juntos construir uma Figueira da Foz melhor e exemplar para que os nossos filhos e netos possam viver felizes e com qualidade de vida.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.



JOÃO RAUL PORTUGAL: "Eu não era para falar, mas depois desta última intervenção tive de o fazer.-----

Senhora deputada municipal, ansiosos?! Mas agora este órgão é só para dizer ámen?! Não se podem colocar questões?! Não podemos vir aqui falar do que pensamos?!----- Este órgão, tanto quanto sei com uma maioria socialista, está mandatado para fiscalizar a atividade do Município, conforme diz a lei. Então, temos de vir aqui dizer ámen e cada vez que colocamos uma questão é porque estamos ansiosos?!----- Não dizendo qual a nossa posição sobre esta matéria, provavelmente, também está a dizer que os Presidentes da Câmara Municipal do Porto, do Algarve, de Coimbra e de Lisboa são ansiosos... anteciparam-se!!!-----

Com o devido respeito, a deputada municipal Isabel Guerreiro Maia faz-me lembrar aquele soldado que vai a marchar diferente de todos os outros, mas é o único que acha que está a marchar bem. Fomos eleitos para estar aqui, estamos mandatados para perguntar e questionar o Município, não ofendemos nem criticamos a posição do Dr. Santana Lopes. Perguntámos única e simplesmente se tinha auscultado a Direção-Geral de Saúde relativamente à decisão da passagem de ano, apenas para que nós também possamos ter dados para precaver aquilo que pode acontecer no futuro. Sabe qual o número de casos de Covid-19 no Concelho da Figueira da Foz? Veja os dados de hoje e os da última semana e perceba que isto é um problema nacional e a Figueira da Foz também está pressionada sob este número de casos.----- Colocamos as questões que gostávamos de ver respondidas, apenas para também sabermos e porque este é o órgão fiscalizador."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Em primeiro lugar, saúdo o facto de os senhores deputados municipais do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira finalmente terem começado a falar. Bem-vindos ao debate!-----

Mas caríssima companheira Isabel Guerreiro Maia, eu já fui apelidado de muitas coisas nesta Assembleia Municipal, ansioso, confesso que é a primeira vez. Acredite, contudo, que não estou nada ansioso.-----

De facto, este órgão é composto por pessoas eleitas para fiscalizar. Leia, por favor, o Regimento da Assembleia Municipal. É para isso que aqui estamos e o seu discurso tipo União Nacional, com certeza que não cabe nesta casa! E por favor, não o repita, porque nós não estamos aqui para confiar, nós estamos aqui para fiscalizar, foi para isso que fomos eleitos e com todo o respeito que eu tenho pelos votos das pessoas que votaram em si, tenha por favor respeito pelos votos



das pessoas que votaram em mim."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Quando em momentos anteriores aqui houve este tipo de conversas eu senti-me sempre profundamente desconfortável. E, hoje, voltei a ficar porque os votos dos cidadãos são igualmente respeitáveis. É isso que, por exemplo, está consubstanciado no Estatuto do Direito da Oposição.-----

Não estou nada ansiosa, mas tenho uma função de acordo com os votos depositados na urna na Coligação Democrática Unitária. Isto não tem a ver com confiança nem desconfiança, tem a ver com trabalho político. Por isso, acho que foi uma intervenção profundamente infeliz!-----

Nós estamos aqui, como já foi dito por outros deputados municipais da Assembleia, a desempenhar uma função para a qual fomos eleitos, e não vamos prescindir dela! Então, agora, poderíamos deixar de reunir a Assembleia Municipal. Se não estamos cá a fazer nada para que é que cá vimos?! Por favor, antes de falarem reflitam bocadinho naquilo que vão dizer, para não acontecerem estes episódios profundamente infelizes."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guerreiro Maia.-----

ISABEL GUERREIRO MAIA: "De facto, de tudo o que eu disse apenas retiveram o termo ansiedade!!!-----

Quando me referi a ansiedade era a ansiedade de verem tudo feito depressa demais e, não propriamente, a ansiedade quanto à decisão da passagem de ano. E, naturalmente, isto foi um exemplo que dei para confiarmos no executivo que reúne todas as informações para poder tomar uma boa decisão.-----

Longe de mim querer retirar o mérito democrático à Assembleia Municipal! Longe de mim querer retirar à oposição o poder de fiscalizar o executivo! Obviamente, o executivo não tem qualquer problema em ser fiscalizado, antes pelo contrário, agradece!-----

Fiz apenas um apelo para que se façam críticas construtivas e nos unamos, de facto, em prol da Figueira da Foz."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Antes de iniciarmos o Período da Ordem do Dia se me permitem, gostaria de reler o art.º 14.º do Regimento aprovado na última Assembleia Municipal, nomeadamente, o seu n.º 2 que diz «Relativamente aos documentos não



entregues com a convocatória, será cumprido o prazo de dois dias úteis previsto no n.º 2 do art.º 53.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»-----

Ora, manifestamente, está agendado para esta Assembleia Municipal a discussão do ponto 5.2 Grandes Opções do Plano para 2022-2026 e o Orçamento para 2022, cujos documentos só nos foram entregues ontem, ou seja, com menos de 24 horas de antecedência em relação à realização desta Assembleia Municipal.-----

Os deputados municipais do Partido Social Democrata não são profissionais da política, nunca tivemos empregos que dependessem da atividade político-partidária, e não temos manifestamente assessores. Esta Assembleia Municipal não tem sequer uma sala de trabalho, portanto, não me parece que estejam cumpridas as condições para que este órgão se pronuncie sobre os documentos que são os mais importantes da atividade do executivo.-----

Assim, eu proponho que o ponto 5.2 da Ordem de Trabalhos seja suspenso e se marque uma nova sessão extraordinária da Assembleia Municipal para, então, termos tempo de considerar estes documentos, uma vez que manifestamente, não estamos a cumprir o Regimento.-----

Relembro que esta questão da entrega, com a devida antecedência, dos documentos de suporte aos pontos agendados para as sessões da Assembleia Municipal foi tão defendida pelo Partido Socialista, sendo, nomeadamente, a principal razão para incluir inclusivamente um ponto no Regimento definindo uma antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data da respetiva sessão para a apresentação de quaisquer moções e votos, porque os deputados socialistas podiam não ter tempo suficiente para os apreciar.-----

Ora, sinceramente, eu não sei como tiveram tempo para, em menos de 24 horas, analisar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano?!!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Apenas para dizer que acompanho o raciocínio do deputado Teotónio Jesus Cavaco, nesta matéria. Os documentos não chegaram a tempo e já ouvi falar dos constrangimentos em relação a uma futura Assembleia Municipal.

Se hoje não se votarem as Grandes Opções do Plano e Orçamento, eu sei que a ideia da Mesa da Assembleia será fazer uma sessão que forçosamente teria de ser no Salão Nobre da Câmara Municipal. Quando se falou nisto, em conferência de líderes, eu disse na altura que não iria, porque são 50 pessoas, números redondos, num Salão Nobre que não é grande, e numa altura em que a pandemia está a ficar bastante assanhada.-----



Mas eu queria aqui lembrar uma coisa - há muitas coletividades no Concelho da Figueira da Foz que ficariam muito honradas se pudessem receber uma sessão de Assembleia Municipal, nomeadamente, nos primeiros dias do mês de janeiro de 2022. Então já todos teríamos tido tempo de ler e não assinar de cruz."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "O Centro de Artes e Espetáculos o único dia que tinha disponível era em janeiro e não sei quando. A assembleia fez o que podia e mal recebeu os documentos enviou-os aos senhores deputados municipais."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Senhor Presidente, peço imensa desculpa, mas no dia 10 de dezembro, a reunião de Câmara foi suspensa sem que tenha havido sequer votação. Tanto quanto sei, o Orçamento foi votado ontem numa reunião que começou às quatro e um quarto da tarde."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Não vale a pena estarmos aqui com grandes questões. Ninguém está a culpar ninguém."-----

A questão aqui é legal: diz o Regimento desta Assembleia que os documentos têm de ser entregues, pelo menos, com 48 horas de antecedência! Foi esse o Regimento imposto pelo Partido Socialista aos restantes grupos municipais!-----

E, portanto, aquilo que está em causa é saber se estamos ou não a cumprir o Regimento, com as devidas consequências que daí advêm. É essa a questão, mais nada! Não estamos a culpar, obviamente, a Mesa da Assembleia."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Todos nós sabemos da importância do Orçamento para a Câmara Municipal, e foi dentro dessa boa vontade, desse espírito de disponibilidade e colaboração, que se realizou ontem, domingo à tarde, a última reunião de Câmara onde se aprovou o Orçamento."-----

Portanto, o orçamento deve ter tido algumas alterações, mas penso que são alterações que, com boa vontade, podíamos votar."-----

Eu posso suspender esta Assembleia e continuá-la amanhã, se assim o entenderem, mas terei de arranjar um local onde possa ser efetuada, um espaço como este que, no mínimo, permita fazer a continuidade da sessão transmitindo online."-----

Também, posso suspender esta assembleia por cinco ou dez minutos para conferenciar com os líderes."-----

Eu penso que só estamos, de facto, a dificultar a importância de um Orçamento para uma Câmara Municipal. É uma exceção que seja, mas é uma exceção que, se calhar, tem todo o interesse, até por respeito a todo o esforço feito. ontem para chegarem



a um acordo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Com todo o respeito, eu acho que essa é uma decisão que cabe à Mesa da Assembleia Municipal. Nós já apresentámos os nossos argumentos - não se cumpriu o Regimento, não foram entregues os documentos com 48 horas de antecedência!-----

Portanto, não é possível, não é manifestamente possível, que nós tenhamos tido tempo para considerar os documentos que são orientadores da ação política do executivo durante os próximos anos de 2022 a 2026.-----

Já hoje se falou em confiança e ansiedade, e o senhor Presidente da Câmara disse que, em 40 anos nunca vira nada assim, pois, se calhar, bem-vindo à Figueira da Foz!-----

Nós estamos aqui exatamente para colocar as questões e esta Assembleia Municipal tem de ser tratada com o respeito devido! Não é a Assembleia Municipal que têm culpa de o executivo municipal não ter preparado um Orçamento sem antes auscultar quem devia ter auscultado!-----

Nós fomos eleitos exatamente para fiscalizar, é isso que estamos a fazer com todo o rigor, transparência e honestidade, e sem qualquer estado de alma nem para vir exigir seja o que for! Estamos a cumprir aqui a nossa missão.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: “Realmente, os senhores deputados municipais, Teotónio Jesus Cavaco e Silvina Anadio Queiroz, têm razão nesta matéria, até porque, como muito bem disse a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, no dia 10 não chegou a haver votação em reunião de Câmara.-----

No entanto, tendo em conta a necessidade e, digamos, o dossier em causa que vamos votar aqui hoje, o grupo municipal do Partido Socialista, excecionalmente, e repito, excecionalmente, aceita a inclusão e votação deste ponto nesta sessão, também justificando, de certa forma, com o facto de já termos connosco a base do documento e o que houve foi uma alteração ao documento.-----

Ou seja, nós aceitamos debater este ponto porque partimos do pressuposto que o documento não é analisado digamos, em 24 horas, de raiz, mas que existe uma base e houve uma pequena parte em que foi alterado. Ora, tendo nós a base do documento, sentimo-nos confortáveis para excecionalmente aceitar a inclusão deste ponto e votá-lo, sem desprimor de perceber perfeitamente a questão suscitada pelos deputados municipais Teotónio Jesus Cavaco e Silvina Anadio Queiroz.-----



De facto, a verdade é que no dia 10 de dezembro sabemos que o documento base já existia, não foi votado em sede de reunião de Câmara, e o que temos aqui hoje é esse documento com uma alteração que podia ser lida em 10, 12, ou 24 horas, não vou entrar nessa discussão.-----

Assim, o grupo municipal do Partido Socialista sente-se confortável para votar este ponto hoje, e não vê necessidade de qualquer adiamento.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Eu tinha pedido a palavra exatamente por isto que o senhor deputado João Raul Portugal agora acabou de mencionar.-----

Se a questão, como disse o deputado Teotónio Jesus Cavaco, é, de facto, com toda a honestidade, como ele disse, uma questão de possibilidade de conhecer o documento, ele é 98% igual ao que foi enviado há 10 dias.-----

Portanto, das duas uma, ou é uma questão formal, e as 48 horas das propostas de alteração, que alteram em 2% ou 5% o Orçamento, não podem ser consideradas ou, então, é como foi dito, com toda a honestidade, a possibilidade de conhecer o documento. Mas conhecer, já conheciam!-----

Agora, houve quatro ou cinco propostas que alteram uma pequeníssima parte do Orçamento e, portanto, não se pode considerar que não foi respeitado ou que só ontem é que o Orçamento vos foi enviado todo, como a princípio parecia estar a ouvir. No plano formal, talvez, mas a questão não é formal e só de conhecimento, por isso, acho que pode ser ultrapassada, com toda a franqueza.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, com todo o respeito, nós recebemos a primeira versão do Orçamento, aquela que supostamente iria e foi, mas não foi sujeita a votação no dia 10, dentro dos prazos.-----

Soubemos imediatamente o que tinha acontecido, mas nós não temos o dom da adivinhação. Eu não sabia, nem os meus camaradas que comigo trabalharam o documento, quais eram as matérias que iriam ser alteradas, isso eu soube ontem à noite.-----

Porque, para além disso, nós também temos a nossa vida e não podemos estar com o email ao pescoço à espera que venha a comunicação da Câmara Municipal, aliás, dos serviços da Assembleia a dizer em que ponto está o Orçamento.-----

Outra coisa, esta sala é realmente excelente, mas o Município tem, por exemplo, também a possibilidade do Auditório Municipal. Dá muito trabalho, dá pouco, muito



bem. Então se hoje realmente é para prosseguirmos com este assunto, e tudo indica que sim, eu faço aqui uma sugestão muito veemente: retire-se do Regimento da Assembleia Municipal, a obrigatoriedade das 48 horas para apresentação de documentos, que têm uma página A4 e por vezes duas, e ponto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Não é problema do Regimento, é da lei que assim o determina. Se não houver essa vontade de entender a importância do Orçamento para a Câmara Municipal, para a Figueira da Foz, então teremos de suspender este ponto do Orçamento...”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Este documento é estruturante, não é como um voto de regozijo por uma coletividade pelos seus 50 ou 100 anos de existência.

Não tem a ver só com formalidade, tem a ver com o peso e a importância, e nós estamos a desvalorizar a importância das Grandes Opções do Plano e Orçamento, ao embarcarmos, desculpem o termo, nesta prática.-----

Já não direi mais nada, independentemente do que vier a ser dito, porque acho muito sinceramente que não vale a pena! Mas que isto é um mau começo, é um péssimo começo!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: “Este ponto precisa de maioria qualificada, portanto, dois terços, porque é uma introdução de um ponto na agenda.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Se fosse a introdução de um ponto na Ordem de Trabalhos necessitaria de ser aprovada sua inclusão por dois terços dos membros em efetividade de funções. Mas este ponto faz parte da Ordem de Trabalhos pelo que a sua «suspensão» carecerá apenas de maioria simples.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: “Não vamos sair deste impasse sem votarmos. Já agora, queremos também manifestar que, de maneira alguma, este nosso voto favorável à análise e votação deste ponto nesta sessão, retira qualquer artigo no Regimento sobre a obrigatoriedade da apresentação dos documentos com 48 horas de antecedência.----

Nós percebemos as duas partes e o nosso entendimento de inclusão deste documento é, única e simplesmente, por entendermos que havia uma base, porque doutra maneira estaríamos completamente contra a introdução deste ponto, e pela necessidade que há também de aprovar este documento hoje, porque se assim não fosse, só em janeiro e sabemos todos as circunstâncias negativas que isso teria para o Município.”---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Nuno Melo Biscaia.-



NUNO MELO BISCAIA: "Efetivamente, quando este ponto foi agendado na Ordem de Trabalhos ainda não tinha sido votado na Câmara Municipal, portanto, era um ponto que praticamente não existia e esta Assembleia Municipal não tinha legitimidade para o votar. Agora, tem-na porque foi aprovado pela Câmara Municipal ontem.---- A Lei que rege os órgãos locais permite a adição de assuntos à Ordem de Trabalhos das sessões ordinárias, desde que seja reconhecida a sua urgência e deliberada por dois terços dos seus membros.-----

Por isso, eu penso que deve ser votada a admissão da discussão nesta Assembleia Municipal das Grandes Opções do Plano e Orçamento, atento à urgência de aprovação do Orçamento e às consequências nefastas da sua não aprovação imediata, quer para os munícipes, quer para todas as freguesias em geral."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guerreiro Maia.

ISABEL GUERREIRO MAIA: "Na continuidade da intervenção do deputado municipal Nuno Melo Biscaia, o grupo municipal Figueira A Primeira está, naturalmente, empenhado no sentido de este ponto - Grandes Opções do Plano e Orçamento - seja introduzido e seja votado, dada a urgência que tem para o governo local e para os nossos concidadãos.-----

Portanto, reitero o pedido de alguma benevolência, tolerância e compreensão para que seja votado, e apressemos este trabalho."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Ficou claro que há um Regimento da Assembleia Municipal da Figueira da Foz, mas, no fim, o que vale é a vontade do Partido Socialista!"--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Um extra agenda tem de ser aprovado por dois terços, e pode vir no próprio dia da sessão. Ninguém quis fazer isso, daí termos enviado o Orçamento aos senhores deputados municipais em 09 de dezembro. Quem quis ver o documento, leu-o, quem não quis não o leu. A Câmara e os senhores Vereadores tiveram ontem uma reunião e chegaram a um acordo final.-----

O ponto estava agendado, agora, vamos deliberar se o apreciamos e votamos hoje, ou não!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Não estamos a falar de um ponto extra-agenda, mas de um ponto da Ordem de Trabalhos. Estamos a falar de documentos que têm de nos ser entregues com uma antecedência de, pelo menos, dois dias úteis, nos termos do n.º 2 do art.º 14.º do Regimento desta Assembleia Municipal.-----

Deixo aqui uma questão, e não vejam fantasmas onde eles não existem: ao discutirmos



hoje este ponto não estaremos aqui a correr o risco de um dia mais tarde, este Orçamento e as Grandes Opções do Plano poderem ser considerados ilegais?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Nós vamos votar favoravelmente, mas sublinhamos, uma vez mais, que no passado já votamos contra porque, em nosso entender, quando propusemos a disposição mencionada pelo deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco para o Regimento, era para que não se trouxessem documentos manifestamente em cima do tempo da reunião, inviabilizando, dessa forma, uma análise mais adequada dos mesmos pelos deputados municipais.-----

Neste caso concreto, não foi isso que aconteceu. Não se chegou, de imediato, a um entendimento no executivo e foram necessárias várias reuniões para esse efeito. Portanto, não foi por uma questão de não nos quererem dar tempo para o discutir, mas porque dentro do seio do executivo não houve essa possibilidade, pelas discussões que são públicas. E, por esse motivo, nós consideramos que não foram cumpridos os dois dias úteis porque não houve o tempo político para que ele chegasse aqui dentro desse prazo.-----

E esta declaração de voto é importante que fique bem clara, porque nós, nos últimos quatro anos, estivemos horas e horas a discutir este ponto Regimento e, agora, pode parecer que o Partido Socialista está a votar contrariamente aquilo que fez nos últimos quatro anos.-----

Portanto, impõe-se a declaração de voto sobre esta matéria, porque sabemos que, daqui a pouco, nas próximas horas, estará na comunicação social ou num Blog a nossa mudança de sentido voto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, José Coelho Silva e Fernando Martins Lopes, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por maioria, com trinta e três votos a favor dos membros do Partido Socialista, e do membro do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, sem abstenções, e cinco votos contra dos membros do Partido Social Democrata, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques, e Adélia Ramos Batata, da Coligação Democrática Unitária, e do Bloco de Esquerda, admitir a inclusão do ponto Grandes Opções do Plano para 2022-2026 e o Orçamento para o ano de 2022, para análise e votação nesta sessão, atento à urgência de



**aprovação do Orçamento e às consequências nefastas da sua não aprovação imediata, quer para os munícipes, quer para todas as freguesias em geral.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----**

**4 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DA
INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Eu não sei como se ultrapassa este constrangimento, mas que ele é pesado, é! Principalmente, para quem não tem representação no executivo, como é o caso da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda.-----

Nesta informação faltam sempre reuniões de Câmara. Muitas vezes votámos propostas do executivo que, mais tarde as reconhecemos, quando num posterior Assembleia Municipal nos é fornecida a informação escrita sobre a atividade municipal relativa ao ponto 4. Desta vez, faltam três reuniões: a de 17 de novembro e as duas correspondentes ao mês de dezembro. Eu não sei como se resolve este problema, não sou técnica nesta matéria, mas não me canso de chamar a atenção para isto.-----

Na página 46, no 4.º parágrafo, fala-se de uma votação envolvendo nomes, e eu pergunto se não deveria ter sido por voto secreto. Eu tenho na minha cabeça que tudo o que envolve nomes deve acontecer em votação por escrutínio secreto.-----

Duas páginas após, menciona-se o novo tarifário das Águas da Figueira, S.A. e nós requeremos aqui, formalmente, receber uma cópia desse tarifário através da Mesa da Assembleia Municipal.-----

A páginas 49, pode ler-se da passagem pela Figueira da Foz de um navio cruzeiro. E aconteceu o que já tinha acontecido anteriormente: os viajantes enfiaram-se num autocarro, foram até Coimbra ver a cidade e os seus monumentos, fazer as suas compras, e na Figueira da Foz só ficaram cinco pessoas, que cabem num automóvel... Então, nós atrever-nos-íamos a propor que sejam criados incentivos para que, numa próxima vez em que sejamos visitados por este tipo de turismo, eles se sintam aliciados a ficar e percorrer a cidade, que haja um programa para eles, de maneira a termos alguma contrapartida do facto de terem parado no Porto da Figueira da Foz.-----

Na página 50, diz-se que foram nomeados os representantes do Município nas escolas da Cidade e queremos também saber os nomes destes representantes.-----



Extra documento, senhor Presidente da Câmara queria voltar a pedir que nos desse resposta à pergunta, feita por nós na última sessão da Assembleia Municipal, sobre o ponto 8.10 – 6ª Alteração por Adaptação da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal – nomeadamente, no que diz respeito à construção do Centro da Cáritas Diocesana, conhecido por Nossa Senhora da Boa Viagem, na Praia da Leirosa. Com certeza, não foi por mal, mas houve esse esquecimento.-----

Por aquilo que me foi dado apreciar, o Grande Prémio de Motonáutica no primeiro dia foi desastroso, em termos de público. Também, tiveram azar com o tempo, absolutamente horroroso! Quando foi deliberado o apoio a essa iniciativa? Quanto é que ela custou no total, porque, segundo o que lemos pelos jornais, não incluía as despesas com a logística? Há, ou não, dados sobre os benefícios para a Figueira da Foz decorrentes da realização destes grandes prémios, nomeadamente, para o comércio local, a indústria hoteleira e a restauração?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Será enviado à senhora deputada Silvina Anadio Queiroz o novo tarifário da Águas da Figueira, S.A., bem como, os esclarecimentos relativos à 6ª Alteração por Adaptação da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal, que eu peço desculpa de não ter enviado.-----

Na questão dos cruzeiros, com toda a franqueza, estou de acordo consigo. Nestas semanas, desde que isso ocorreu, tenho procurado pensar e reuni com a responsável pelo setor do Desenvolvimento Económico e Turismo, falando exatamente quais são as iniciativas que temos para procurar, nomeadamente, a montante junto dos operadores desses cruzeiros, para assegurar que possam estar mais em permanência no tempo que o navio está ancorado na Figueira da Foz.-----

É uma situação um bocadinho irritante vê-los a apanhar o transporte para Coimbra, para irem visitar essas outras paragens e, portanto, nesse aspeto de acordo.----

Em relação à motonáutica, no geral, os números que têm sido divulgados estão certos. Está a ser feito o apuramento final, nomeadamente, a conferência de tudo o que foi anunciado e realizado pelos organizadores, portanto, o chamado auto de medição, para poder ser liquidado ou não a última parcela. Portanto, na próxima semana, enviaremos a todos os senhores deputados o ponto da situação do que está pago, do que eventualmente poderá ser pago, ou não está dentro dos valores publicamente divulgados.-----

Já em relação a videovigilância está em curso o processo para a adjudicação do sistema de videovigilância, estando-se a desenvolver as consultas atinentes. Está



praticamente garantido não ser possível a instalação de um sistema WiFi e, portanto, que não envolva obras infraestruturais com algum incómodo, mas o processo está em curso e muito brevemente haverá notícias. Os serviços estão a ultimar esses contactos porque isto envolve, de facto, possibilidades tecnológicas.-----
Está, também, para arrancar o sistema da iluminação inteligente da Figueira que permite uma capacidade de monitorização considerável de vários movimentos ou o funcionamento de vários sistemas na Figueira, como nas águas, na poupança e não só.-----

Não quero deixar de dar uma palavra às questões de segurança que têm ocorrido, nomeadamente, na Freguesia de Tavadede, mas sobre essas, por enquanto, devemos «guardar de Conrado o prudente silêncio» e procurar atuar com as autoridades competentes no sentido de tomar as medidas, algumas administrativas, nomeadamente em relação à localização de pontos no Bairro Novo que já estão tratados como sendo pontos de concentração de alguns elementos que podem, eventualmente, estar na origem de alguns dos feitos sucedidos. Portanto, estamos a atuar concertadamente.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Agradeço muito as explicações detalhadas que acabou de nos dar sobre a questão da videovigilância, mas eu não coloquei nenhuma questão sobre a videovigilância.-----

Eu pedi que nos fossem remetidos os nomes dos representantes do Município nas escolas do Concelho, e essa referência consta da página 50.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Serão, também, remetidos os nomes. A referência que fez a votação secreta era a que propósito?-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Na segunda bolinha preta da página 46, quando se diz que foram designados para gerente das sociedades Sodenfor e Cenforff a Vereadora Olga Fernanda Pedrosa Brás, com quatro votos a favor do Presidente e do restante executivo e do Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, Ricardo Silva, e quatro abstenções dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. Não deveria ter sido esta votação por escrutínio secreto? Eu acho mais curial que quando existem nomes haja sempre votação por escrutínio secreto e, aliás, essa é a prática que sempre utilizámos neste órgão.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Eu só queria confirmar se é mesmo a senhora deputada



municipal Silvina Anadio Queiroz que está a colocar esta questão?!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Sou mesmo eu, senhor Presidente da Câmara. Uma coisa é eu estar num Congresso do meu partido, em que somos todos militantes do Partido Comunista, porque os convidados não votam, com certeza, outra é estarmos num executivo municipal, constituído por três forças políticas, e até poderia ser por quatro ou cinco. É uma questão completamente diferente, mas já agora aproveito para informar o senhor Presidente que a eleição do Secretário-Geral é por voto secreto e eletrónico.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA A JARDIM, SAMPAIO, MAGALHÃES E SILVA E ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE ADVOGADOS RL, NO ÂMBITO DO PROCESSO ATINENTE À SOCIEDADE PAÇO DE MAIORCA, S.A., DISTRIBUÍDO PELA JÚDICE - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS E CONSULTADORIA, S.A. - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS - RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a ratificação da deliberação de Câmara de 03 de dezembro de 2021, que autorizou a assunção dos encargos plurianuais decorrentes da Contratação de Serviços de Assessoria Jurídica à Jardim, Sampaio, Magalhães e Silva e Associados - Sociedade de Advogados RL, para resposta à ação interposta pela Júdice - Resolução de Litígios e Consultadoria, S.A. contra o Município da Figueira da Foz, no âmbito do dossier Paço de Maiorca, os quais não poderão exceder 55.000,00 € (cinquenta e cinco mil euros).-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Aproveito o ensejo para dizer ao senhor Presidente da Câmara, que não tem nenhuma responsabilidade neste assunto, mas há uns tempos atrás foi prometido nesta assembleia, pelo anterior executivo, que seria remetido o dossier Paço de Maiorca a todos os deputados municipais ou, pelo menos, aos líderes dos grupos municipais. Tal não aconteceu e o único a receber esse dossier foi o senhor Vereador do Partido Social Democrata, Ricardo Silva. Os deputados municipais do Partido Social Democrata que o quiseram consultar foram ao Gabinete do senhor Vereador.-----



Quero lembrar esta promessa, chamemos-lhe assim, e pedir que tenhamos o grato prazer de receber esse processo.-----

Sobre esta proposta da Ordem de Trabalhos, a Coligação Democrática Unitária vai abster-se e depois apresentará uma declaração de voto.-----

Queria saber se isto ainda está em vigor, porquanto, de acordo com o documento distribuído só era válida até 27 de novembro."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "O Bloco de Esquerda da Figueira da Foz não concorda de uma forma geral e, por princípio, com uma ideia, por vezes demasiado generalizada, de que os serviços públicos não têm capacidade instalada ou conhecimento suficiente em relação a várias áreas de atuação pública, no caso vertente, dos meandros da Justiça.-----

Esta generalização ignora, muitas vezes, o facto de muitos destes serviços disporem de profissionais dedicados e capazes, profundamente conhecedores dos dossiers e processos de atuação, sendo perfeitamente capazes de lidar com as questões mais complexas que podem surgir a dado momento, e incluo aqui os funcionários da Câmara. Quanto à contratação dos serviços de assessoria jurídica à firma Jardim, Sampaio, Magalhães e Silva e Associados - Sociedade de Advogados RL - percebemos que todo o processo anterior, que se arrasta há demasiado tempo e conduziu à presente situação de litígio, criou um autêntico imbróglcio jurídico de complexidade pouco habitual envolvendo instâncias financeiras com uma grande influência nos processos de decisão.-----

Isso leva-nos a temer que a situação se venha arrastar ainda mais no tempo, lesando ainda mais os interesses públicos de todos os figueirenses, que se veem na perspetiva de ficar ainda mais onerados, para além de não verem resultados práticos na recuperação de um monumento que a todos orgulha.-----

Como tal, manifestamos o nosso desejo de uma rápida resolução deste processo, esperando que os encargos assumidos se revelem decisivos e conducentes a um desfecho favorável a todos os habitantes do Concelho, motivo pelo qual a nossa orientação na apreciação deste ponto vai no sentido a abstenção."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, José Coelho Silva, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo



Nisa Mariano, deliberou, por maioria, com trinta e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, e do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, cinco abstenções dos membros do Partido Social Democrata, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques, e Adélia Ramos Batata, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, e sem votos contra, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, e aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e art.º 164.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, todos eles na sua última redação, ratificar a deliberação de Câmara de 03 de dezembro de 2021, que autorizou a assunção dos encargos plurianuais decorrentes da Contratação de Serviços de Assessoria Jurídica à Jardim, Sampaio, Magalhães e Silva e Associados - Sociedade de Advogados RL, para resposta à ação interposta pela Júdice - Resolução de Litígios e Consultadoria, S.A. contra o Município da Figueira da Foz, no âmbito do dossier Paço de Maiorca, os quais não poderão exceder 55.000,00 € (cinquenta e cinco mil euros), convalidando todos os atos e efeitos anteriores e subsequentes à referida deliberação.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ apresentou a seguinte declaração de voto: "Concordando, de facto, que tem de ser encontrada uma solução e não pondo em causa a capacidade técnica de ninguém, o meu conhecimento sobre a firma a contratar é nulo. Por isso mesmo, não pude votar favoravelmente esta contratação e absteve-me."-----

5.2 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2022-2026 E ORÇAMENTO PARA 2022

Foram presentes as Grandes Opções do Plano para 2022-2026 e o Orçamento para o ano de 2022, documentos que ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património - Subunidade Orgânica de Contabilidade deste Município, e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

Foram também presentes a proposta de orçamento e as Normas de Execução Orçamental, documentos que se dão aqui por integralmente reproduzidos constituindo, respetivamente, os anexos números um e dois à presente ata.-----

Estes documentos foram votados favoravelmente, na segunda parte da reunião ordinária de Câmara de 10 de dezembro de 2021 que ocorreu em 19 de dezembro de



2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Sobre o documento orçamental, eu queria fazer um pedido de esclarecimentos, dois comentários e uma sugestão.-----

Primeiro, eu pedia ao senhor Presidente da Câmara que, depois desta discussão, nos fornecesse, até para nosso governo e comparações com aquilo que virá em anos futuros, o bem fundado, o racional, como agora se diz muito, da estimativa orçamental que está feita no Orçamento para os gastos com iluminação pública.---

Porque não deixa de ser um pouco estranho, todos nós sabemos que tem havido aumentos com algum significado nos custos da energia, todo o modo, os municípios pelo menos, tanto quanto sei, adquirem energia elétrica em condições relativamente vantajosas, e suponho que a energia elétrica continua a ser adquirida no âmbito dos Acordos Quadro promovidos pela Comunidade Intermunicipal.-----

Portanto, os municípios adquirem energia elétrica numa posição negocial robusta, e não deixa de ser um pouco estranho que esteja previsto um aumento de dois terços, 66/67%, em termos orçamentais no que toca a iluminação pública, já descontando os cerca de 100.000 euros que lhe foram tirados neste processo de negociação, pequena revisão que, entretanto, ocorreu.-----

O valor que estava, tanto quanto consegui consultar no Orçamento do ano passado, era de 1.613.000 €, e este ano estão lá, já depois daquela pequena descida, 2.689.197 €. Causa um pouco de estranheza e, portanto, eu pedia que nos facultasse esse fundamento.-----

É ainda mais estranho quando nós tenhamos em vista que o Orçamento integra, e bem, todo para 2022, o investimento na renovação da iluminação pública. Bem sei que ele não começará a funcionar no dia 01 ou 02 de janeiro, começará a funcionar para a frente, mas nós estamos a falar de equipamentos que, no momento em que estiverem instalados e a funcionar, nesse preciso momento, começam a desencadear poupança. Portanto, este valor não deixa de suscitar uma certa estranheza e, pedia sobre isso, não sabendo mais, um posterior esclarecimento.-----

Só uma nota final, a Diretiva recente da Entidade Reguladora do setor sobre aumentos de tarifas para 2022 não fala, de facto, em aumentos assim tão extraordinários que justifiquem uma diferença desta natureza.-----

Passarei, agora, aos dois comentários que queria fazer. Queria deixar registado, e em nenhum caso eu estou a dizer ou a insinuar que aquilo que foi feito, foi feito com ardil ou com a intenção de sobrestimar a receita, mas eu queria deixar



registado, espero estar enganado, mas receio bem que não, aquilo que vou dizer a seguir.-----

O Orçamento comporta no lado da receita dois elementos com certo significado com alto risco de execução, no sentido que, na minha visão das coisas, adiante explicá-la-ei, dificilmente se atingirá os valores que estão inscritos.-----

Ponto um - entre 10/15% das receitas previstas no Orçamento respeitam a transferências da Administração Central, ou a chamada participação do Município nos impostos do Estado. Não estando ainda aprovado o Orçamento do Estado para 2022, os serviços, e bem, incluíram no Orçamento o montante que estava inscrito no Orçamento de Estado para 2021. Se virmos no Relatório do Orçamento, Mapa 18 se a memória não me atraiçoa, nós temos exatamente o mesmo montante. Todavia (eu não tenho nenhuma dúvida que os serviços fizeram isso), se nós formos ver o que está na proposta de lei do Orçamento de Estado para 2022, que foi chumbada na Assembleia da República, nós temos qualquer coisa como 680 e tal mil euros a menos para a Figueira da Foz.-----

E quando tivermos Lei do Orçamento de Estado para 2022 e os mapas de distribuição para os municípios e para as autarquias, o Mapa 12 municípios, Mapa 13 Freguesias, se não forem alterados, nós temos aí um risco na receita.-----

Nós temos outro risco no montante previsto para a Derrama. Quem conheça sabe que este é uma média móvel dos últimos 24 meses - esse conceito tem uma certa margem de indeterminação - e está a apanhar muitos períodos antes do Covid, períodos não de tributação, mas de geração de rendimento. Ou seja, está a abranger oito meses de 2021, o ano de 2020 todo, e quatro meses de 2019, muito período de atividade económica antes do Covid, o que significa que com grande probabilidade o valor inscrito no Orçamento de quatro milhões cento e tal mil euros não vai ser cumprido. E se acaso houvesse dúvidas sobre isto que estou a dizer, basta ver aquele outro documento que nos foi distribuído, que está no fim da Ordem de Trabalhos para conhecimento, e ver qual era a receita de Derrama que, no fim de novembro deste ano, estava arrecadada - dois milhões e meio de euros.-----

O Partido Socialista apoiará o Orçamento, e a meu ver bem, mas eu quero deixar registado estes dois elementos de risco na receita. E recordo que, desde um governo do Partido Social Democrata, e bem, para que não haja dúvidas, começaram a ser cominadas execuções de receita abaixo dos 85% do orçamentado.-----

Dito isto, uma sugestão que deixo ao executivo, o senhor Presidente fará com ela aquilo que muito bem entenda, mas até em face daquilo que foi dito, sugiro a V.



Ex.^a que pudesse oferecer esta Assembleia Municipal uma síntese do conjunto de negociações que foram feitas e, sobretudo, destas alterações que foram incluídas, agora, já mesmo no fim, no Orçamento Municipal.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: “O Bloco de Esquerda da Figueira, após a análise possível dos documentos, uma vez que também somos um grupo pequeno com agendas e vida próprias, considera que estes dois instrumentos estruturantes suscitam, acima de tudo, várias questões importantes relativas à vida pública do Concelho para o próximo ano no caso do Orçamento, e para o quadriénio 2022-2026 no caso das Grandes Opções do Plano.-----

Desde logo e após a consulta do documento, queria colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara.-----

Por que razão se reduzem em 306.000 euros as verbas relativas à dotação de espetáculos no Centro de Artes e Espectáculos num Concelho em que a vida cultural, à semelhança do resto do país, de resto, atravessa momentos tão difíceis, e em que a responsabilidade não é só da pandemia em curso?-----

A cidade tem tradições culturais antigas com um nome a defender na vida cultural do país, e decisões destas em nada ajudam a manter vivas as atividades culturais das coletividades e outros espetáculos.-----

Segundo, aparecem agrupadas como pagamentos entretanto efetuados ou a efetuar, estou a citar, ou porque se trata de compromissos que podem ser anulados, citando ainda, de acordo com a informação dos serviços, reduções que incluem transportes escolares, apoio a instituições recreativas e/ou desportivas, entre outras. Não se percebeu muito bem em que categoria se enquadram. A redução da verba dos transportes escolares deve-se ao facto de já terem sido feitos pagamentos, ou a qualquer outra razão?-----

Terceiro, foram feitas reduções ao nível dos gastos com eletricidade baseadas na expectativa de consumos inferiores aos estimados, estou a citar. Sabemos que foram feitos investimentos em lâmpadas Led, mas serão suficientes para justificar tais reduções? Como saber?-----

Quarto, contestamos a necessidade de um Parque de Estacionamento no Mercado. As opções apresentadas enfermam ambas de males diferentes, mas na minha opinião, lesivas de um melhor ambiente na Cidade.-----

Por um lado, mais uma possível impermeabilização de solos. Se tal não se vier a verificar por opção da construção em altura ainda assim, em ambas as opções, apenas



se trazem mais carros para uma zona onde as pessoas poderiam usufruir de espaços públicos de forma mais amigável do Ambiente, a pé ou de bicicleta.-----
Gostaria ainda de ter informação mais concreta sobre as novas ações relativas ao Centro de Investigação Florestal, à Escola do Mar e da Economia Azul e da Arborização do Concelho.-----

Finalmente, verificamos no documento, Mapa de Empréstimos contratados a médio/longo prazos, que uma percentagem significativa do capital em dívida, vence durante o ano de 2022, tendo vários destes empréstimos sido contraídos durante o primeiro mandato do atual Presidente da Câmara, nos anos 90.-----

O que pretende fazer com uma redução da dívida tão significativa num só ano? Caminhar no sentido de deixar Município saneado financeiramente, com as finanças equilibradas e ao serviço dos verdadeiros interesses dos figueirenses, com políticas ativas de promoção do bem-estar e atração de população, nomeadamente, de jovens quadros qualificados que se desejem instalar? Ou o caminho de contrair mais dívidas com apostas lesivas dos interesses financeiros do Município como, recentemente, se viu com o Grande Prémio de Motonáutica? Qual é o caminho?-----

O Bloco de Esquerda abstém-se em ambos os documentos, esperando que estes instrumentos possam servir, de facto, todos os habitantes do Concelho!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Uma questão que parece menor, mas que para a Coligação Democrática Unitária é maior. Os documentos finais preveem uma redução de 87.000 euros nos transportes escolares, segundo nos é explicado. Como é isto possível se os transportes escolares já funcionam como nós sabemos e a avaliação é negativa? Como podem ser retirados 87.000 euros nesta rubrica?!-----

No capítulo das despesas correntes, o ponto 0.1 «Despesas com Pessoal», há aqui uma redução de 240.900 euros. Como é que isto se operacionaliza, tanto mais que a Câmara acrescentará os seus encargos por via da transferência de competências? - No capítulo das receitas aparecem, mais precisamente, 7.950.000 euros de passivos financeiros, que não existiam em 2021. Como surgiram, de onde vêm e o que significam?-----

De qualquer maneira, quero saudar que na alteração para o documento final tenham sido abrigados o acréscimo de 1.200.000 euros para as freguesias, que estavam na primeira versão como parentes paupérrimos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "As previsões dos gastos com eletricidade são feitas pelos



serviços com base na evolução dos mesmos. Como se sabe, os custos da energia têm subido em todo o mundo, não é só um fenómeno português nem europeu. Tomei boa nota da questão colocada pelo deputado municipal José Fernando Correia - o racional para os gastos previstos com iluminação, que acha exagerados. Qualquer um de nós que ouve, também acha. Esta é a estimativa feita pelos serviços do Município, pelo Departamento Financeiro.-----

E, nomeadamente, os senhores Vereadores da oposição têm exprimido a sua posição de que o investimento que vai ser concretizado na eficiência energética, na iluminação inteligente, permitirá uma poupança, calculando, nas suas estimativas, que possa ser a partir do meio do ano. Esperemos que assim possa acontecer!----- Mas como digo, nós trabalhamos com os números fornecidos pelos serviços do Município, não foram inventados por nós ou que nós tivéssemos pedido para subir ou descer.-----

Neste momento, fornecem-me aqui dados que só no mês de novembro terá havido um aumento de 200% da fatura. Portanto, estes dados são, pura e simplesmente, resultantes de estimativas dos serviços.-----

Quanto ao pedido, nós podemos elaborar essa síntese e solicitar que seja distribuído, mas as alterações efetuadas estão aqui na discriminação das obras para as freguesias, que creio vos foi enviado. Temos o Centro de Investigação Florestal 30.000 euros; para o Estacionamento no Mercado foi aberta a rubrica com uma dotação com 20.000 euros; a Escola do Mar e da Economia Azul aberto com 50.000 euros; e para as freguesias já sabem o que foi. Mas de qualquer modo, não custa fazer um memo escrito com essa síntese objetiva destas alterações.-----

Em relação ao Parque de Estacionamento do Mercado tomo boa nota. Já sabemos que o argumento usado é sempre «traz mais carros». Se não trouxer mais carros há muitas pessoas que não vão ao Mercado porque não têm onde estacionar, e pessoas, nomeadamente, com dificuldade, que não têm como carregar os sacos das compras, que lhes é possível noutros estabelecimentos ou até nas grandes superfícies, onde têm estacionamento.-----

De facto, há aqui uma questão de competição, de competitividade, e é necessário proteger quer o mercado tradicional, quer o pequeno comércio. São medidas com as quais concordo ou não, mas, por isso mesmo, também na Rua da República foram afastadas as floreiras.-----

Fizemos uma reunião a dizer expressamente que aquela facilitação não era para os donos dos estabelecimentos ou para os seus familiares. Estamos a procurar conciliar



com medidas de estímulo nos primeiros 15 minutos de estacionamento. Mas depois de muito falar com os comerciantes, nós estamos absolutamente convictos da necessidade desse estacionamento com acesso direto ao Mercado. Ainda ontem, o senhor Vereador Manuel Domingos, especialista da matéria, me dizia que tendo visitado Santiago de Compostela este fim de semana, foi pelo Parque de Estacionamento com acesso direto à Catedral.-----

Esperemos é que, de facto, os carros sejam cada vez mais movidos a energia elétrica, apesar de ainda hoje ter lido que vão diminuir em Portugal os incentivos para os carros movidos a energia elétrica, e daqui a uns tempos ninguém tem dúvidas nenhuma, serão bem mais caros do que os carros movidos a outros tipos de energia. É a vida, como diria o atual Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.-

Transportes escolares - houve aqui uma reprogramação de contratos, nomeadamente, com os pagamentos escalonados para 2023, estou a procurar confirmá-lo.-----

Passivos financeiros de seis milhões de euros têm a ver com o financiamento contraído pelo anterior executivo para o investimento no projeto de eficiência energética da iluminação inteligente.-----

Disse-o na Câmara e mantenho aqui, o Vereador do Partido Social Democrata e também a Vereação do Partido Socialista questionaram a estratégia subjacente às opções formuladas na apresentação destes documentos. Eu devo dizer que consideraria insensato seguir qualquer outro caminho. Tive ocasião de dizer também que isto não significa nenhuma preferência partidária ou ideológica, ou seja, o que for. De facto, essas opções estão presentes aqui nalgumas obras feitas, por exemplo, a obra do Jardim Municipal que alguns me pediram para interromper, não considero que seja de direita ou de esquerda, resulta de opções de ordem vária estética, ambiental ou outras. As outras obras que estão em curso ou previstas, também não resultam de ser de direita ou de esquerda.-----

Acontece o mesmo com a expansão da Zona Industrial, uma opção que não sei se tomaria nos exatos termos em que está a acontecer. Está a ser difícil, num dos lotes só foi apresentada uma proposta e mesmo a proposta existente, neste momento, está em audiência prévia, mas o concorrente informou da sua intenção de se retirar. O anterior Presidente da Câmara informou-me na passagem de testemunho, e eu não posso negar que assim seja, havia uma série de obras comprometidas e já em adiantada fase de execução processual, digamos assim, que estavam à espera da fase final. Todas as fases são difíceis, neste caso, estava-se à espera da decisão da Autoridade de Gestão da Região Centro, e que demorou mais do que aquilo que estava previsto.



Ou seja, havia uma série de projetos que estavam adjudicados, calendarizados, em fase de execução ou de pré-execução, a opção era a de continuar o esforço despendido e, quando não for assim, será devidamente justificado.-----

Se alguém já passou por responsabilidades várias ao mais variado nível e conseguiu, como o Vereador Carlos Monteiro e outros Vereadores tiveram no executivo, tem uma possibilidade de compreensão do que representa o tempo gasto em todas estas fases diferente de quem nunca esteve nessas funções. Portanto, não vamos voltar para trás na generalidade dos processos e, por isso, como disse o anterior Presidente de Câmara na passagem de testemunho, o Orçamento tem uma série de verbas já comprometidas com a continuidade dos projetos em curso. Não consideramos nenhum crime de lesa-pátria nenhuma das obras em curso, e aquilo com que não concordamos procuramos introduzir algumas correções.-----

Agora, eu também tenho já experiência suficiente de obras para dizer «esperem pela conclusão». Os cidadãos podem ir falando das plataformas, os Amigos da Figueira, a Figueira no Coração, e a Figueira para Sempre, podem todos ir exprimindo as suas opiniões, mas as pessoas têm uma opinião final sobre as obras quando elas estão prontas e depois de as vivenciarem. Eu não vou lá atrás, a muito argumento que usei para justificar uma série despesa de investimento em 1997/2001, mas as condições de financiamento que temos hoje para vários destes projetos....-----

Ainda esta semana, assinámos no Salão Nobre a Eurovelo e a Ciclovia. Quem olhar para o mapa da rede de ciclovias pela Europa toda, mesmo que à partida se questione do porquê de se gastar este dinheiro todo em ciclovias, vê uma rede que cobre a generalidade da Costa Atlântica, grandes partes do continente europeu e é, de facto, um projeto em que a Europa toda se envolveu. Faz lembrar quando só tínhamos, como dizia o Raul Solnado, a autoestrada de Lisboa a Vila Franca e depois a dos Carvalhos no Porto, em que as pessoas chegavam a Vila Franca e se perdiam e depois só voltavam a encontrar autoestrada nos Carvalhos.-----

Nessa altura, estava no Parlamento Europeu, 1987/1989, e lembro-me de ver o mapa de Portugal, Espanha cheia de encarnado e amarelo das autoestradas, e nós sem nada. Agora, é a mesma coisa com as redes de alta velocidade, ou TGV (Trem de Grande Velocidade), a Espanha está toda coberta e, hoje em dia, partes do território português, com a alta velocidade, ficam mais perto da capital espanhola ou da Galiza, do que da capital de Portugal, ou da Figueira da Foz.-----

Eu tenho muita dificuldade em suportar o que vejo no dia a dia nos jornais e na imprensa sobre o tratamento dado à Figueira da Foz. Cada concelho tem a sua



dimensão, o seu estatuto, o seu papel, e as suas características. Eu reconheço, no âmbito de alguns projetos desenvolvidos, nomeadamente, o Mar que nos Une, o Eurovelo, há aqui uma posição também resultante do facto de ser a Figueira a ter o Porto. E nós devemos aproveitar estes vários investimentos em termos de taxas de comparticipação, 85% em média a fundo perdido, porque são oportunidades que não voltarão daqui a 50 anos, ou sabe-se lá se haverá União Europeia daqui a 20, 30 ou 40 anos. Podem dizer, «mas, porquê a ciclovia?!». Para mim, era mais importante termos redes de mobilidade pelo Concelho todo, para os cidadãos com mobilidade limitada e com deficiência, mas, hoje em dia, pensa-se mais em ciclovias do que nisso. Mas não vamos deitar fora esses projetos, não vamos andar para trás, daí, naturalmente, o grosso do Orçamento estar comprometido com o funcionamento do Município, com a sua máquina, com os projetos a que se quer candidatar.-----

Em meu entender, por força do que aconteceu e das limitações decorrentes do saneamento financeiro, há uma grande escassez de recursos e de máquinas, e eu reconheço que houve um grande esforço do executivo anterior para candidatar uma série de projetos aos fundos europeus disponíveis. O meu propósito político é aproveitá-los para o Concelho!-----

Esta capacidade de continuar aquilo que os que estiveram antes de nós levaram por diante, é essencial num país com a escassez de recursos e limitação no desenvolvimento como o nosso. Este é um Orçamento de continuidade!-----

Nós admitimos fazer a negociação com o Vereador do Partido Social Democrata, só que ele apresentou uma série de propostas de outro âmbito que eu respeito, mas que não foi possível. Soubemos ouvir, eu reconheci até ser natural que se fale com a oposição antes do Orçamento ser enviado a reunião de Câmara, mas também fui ver o historial da Câmara da Figueira nestas décadas, e nunca isso aconteceu a não ser nos dois anos da presidência do Dr. Carlos Monteiro. Mas deve acontecer e, portanto, reunimos e fomos reunir com os senhores Presidentes de Junta e todos estamos sempre a aprender. Eu também com 65 anos, com a graça de Deus, estou a aprender aqui, neste dia a dia, e não tenho reboço nenhum em dizê-lo. Aliás, a Democracia também é essa tentativa de aperfeiçoamento constante.-----

O Plano e Orçamento representa um esforço e o respeito pelo trabalho feito.-----

Tomo boa nota das propostas que vêm das várias oposições, com certeza. Na história do Município, no primeiro mandato do Dr. João Ataíde, em que ele governou em minoria, o Partido Social Democrata, na altura, fez um acordo com ele e deixou passar com a abstenção, a generalidade dos documentos de governação, para não



dizer praticamente todos. É essa a tradição também da história democrática dos municípios, no geral! Agora, isso não leva a quem está no poder perca a consciência que não tem maioria e, portanto, tem de consertar.-----

A nossa ideia era fazer aprovar Orçamento, ter as verbas no geral e, depois, ir tratando ao longo do ano com as diferentes Juntas de Freguesia, mas os senhores Vereadores Carlos Monteiro e Nuno Gonçalves sugeriram ser melhor especificar e concretizar já neste documento. Eu compreendo, a generalidade dos senhores Presidentes de Junta ficou mais tranquila assim, nomeadamente, até em freguesias que viram obra chegar à extrema da sua Freguesia, como Moinhos da Gândara, e depois não continuar. Procurámos ouvir e seguir uma via de bom senso e de prudência que permita, neste tempo tão difícil para todos nós, construir. Não são tempos de rutura e de romper. Temos de aquietar os cidadãos, temos de lhes dar confiança. Por ser democracia, isso não significa que estejamos aqui num circo de governação. Não! Há sentido de responsabilidade, há continuidade, há respeito por quem governa e há respeito pela oposição!-----

Mas eu fico contente se o Orçamento for votado por unanimidade. Fico contentíssimo, mas é impossível.-----

Repito, não procurem colar nenhum rótulo «aumenta a despesa corrente». Não, o que aumenta é pelas causas que estão explicitadas, não é por nenhum pedido ou iniciativa nova deste executivo!-----

O deputado municipal Pedro Miguel Jorge referiu que uma percentagem significativa do capital em dívida, vence durante o ano de 2022, questionando o que se pensa fazer pois, teremos tempo de apresentar, ao longo do ano, algumas eventuais alterações que se justifiquem.-----

Disse antes das eleições, já o disse depois das eleições e mantenho, o nosso objetivo é manter a rota do aprofundamento do equilíbrio financeiro do Município, e espero não surja nenhuma razão excecional que leve a que todos nós, por acordo, não tenhamos de tomar alguma medida excecional.-----

No ano passado, foi feito o empréstimo de 07 milhões de euros por boas razões e em boas condições, não afetando o equilíbrio do Município. É essa a rota que iremos seguir. As razões subjacentes a muitos investimentos ou até outro tipo de despesas aqui há 20 anos, não existem, embora tenhamos necessidades várias no campo das infraestruturas, nomeadamente, na área da indústria com a criação de infraestruturas, como já tive ocasião de referir na Zona Industrial do Pincho. O Vale da Moura é outra questão, mas existe essa necessidade. O executivo anterior



também lançou um caminho em relação ao Vale do Pranto, que já teve também algum sucesso nas últimas semanas e, naturalmente, essa aposta é importante à luz de um caminho de desenvolvimento integrado.-----

Outras matérias preocupam-me muito e, com franqueza de quem está nestas funções, quando penso se podemos fazer alguma coisa em relação ao avanço do mar, e ainda ontem falava isso com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro. Com certeza causa preocupação, só que o Bypass é uma continuidade, não depende de nós, depende do poder central, podemos pressionar... Não me desculpo com o poder central, mas estamos em fase de eleições legislativas, como sabemos, campanhas e debates... É boa altura agora para tratar disso, vamos ver!...-----

Não esqueçamos, vivemos tempos de pandemia em que já morreram 05 milhões 400 mil pessoas no mundo!-----

Há pouco, o deputado municipal Manuel Rascão Marques fez uma sugestão sobre o Teatro Taborda. Lembro-me de lá ter passado de carro, olhado e pensado para mim «o que se passará aqui ao certo com o Teatro Taborda?»-----

Quer sugestões concretas quer outras mais de opções estruturais, estamos absolutamente disponíveis para os ouvir, às vezes até para recuar, pois não tenho problema nenhum em recuar... Tenho é problema em decidir mal! Se tivermos de recuar para tomar as decisões certas, é o que faremos, e este Orçamento traduz essa preocupação.-----

Não é contra o Partido Social Democrata, nem contra o Partido Comunista Português, nem contra a Figueira A Primeira, ou seja, o que for! Tem muita base na proposta dos serviços dirigidos por uma pessoa, como sabem, o Dr. Victor Pereira tem muitos anos no Município e, portanto, sobre o qual também temos alguma confiança. Agora, questioneei sobre várias das propostas, por exemplo, o valor inicial para a programação do Centro de Artes e Espectáculos e para a passagem de ano, que eram um exagero. Perguntei o porquê, há hoje uma justificação em relação à questão do decréscimo do nosso esforço financeiro que tem a ver com o número de espetáculos de bilheteira ou de espetáculos sem ser de bilheteira, mas de responsabilidade nossa. Este ano, prevê-se uma percentagem muito maior de espetáculos de bilheteira e, portanto, a exigir um investimento menor da nossa parte.-----

É um orçamento que traduz a convicção de todos nós que o desenvolvimento do Concelho tem de ser integrado. A aposta no Turismo, sem dúvida nenhuma. Eu não quero ir pegar nos números investidos por outros municípios na realização de grandes provas desportivas, mas andei à procura de comunicados de alguns partidos



que falaram sobre a poluição, isto e aquilo na Figueira, e não consideraram que houvesse poluição. Não vi nenhum comunicado igual em Portimão! Há uma poluição de direita e outra de esquerda?! Há barcos de direita e barcos de esquerda?! Há algum município que deitasse fora um Grande Prémio de Fórmula 1?!-----

Ainda ontem fui jantar ao Cantarinhas, passo a publicidade, e estava a olhar para aquele outro restaurante ao lado sem ninguém, e pensei «o que podemos trazer no Inverno para quebrar esta ausência de pessoas em toda esta fase?». Tenho feito uma série de contactos para ver o que se consegue trazer, mas não é fácil, nomeadamente no tempo de pandemia que vivemos.-----

Esta proposta de Plano e Orçamento nos seus grandes números e no tratamento das grandes variáveis é prudente e sensata e esperamos que tenha um resultado no final do exercício mais ou menos equivalente ao que está previsto.-----

Os orçamentos para os anos seguintes devem ser sempre comparados com a execução dos orçamentos anteriores, e não só com o orçamento inicial. Esses são os valores verdadeiros, porque é muito diferente o chamado orçamento executado, com a intenção inicial, que é uma previsão. E, naturalmente, os serviços quando fazem a sua proposta procuram aproximá-la do que foi a realidade da execução orçamental.-----

Não quero entrar aqui noutros detalhes sobre o orçamento - há uma gestão financeira, uma gestão orçamental que é feita, naturalmente, sem nada escondido, até porque se houver suborçamentação ao longo do ano, tem de haver alteração orçamental e reprogramação.-----

Vamos ter a Ponte Edgar Cardoso fechada durante cerca de ano e meio/dois anos. As medidas que têm de ser tomadas e a urgência também de outra travessia são situações que temos de saber prever e prepararmo-nos para elas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Este Orçamento pode ser um Orçamento de continuidade, mas não o era há uma semana atrás! Este Orçamento pode contemplar um conjunto de obras nas Freguesias, legítimas e bem-vindas, mas não estavam lá há uma semana atrás! E, portanto, a continuidade é hoje aquilo que não era uma semana atrás!-----

Damos os parabéns ao executivo por ter acedido a esta pretensão dos Vereadores do Partido Socialista, não só a de incluir no Orçamento uma verba que ronda qualquer coisa como 1,2 milhões de euros de obras e abertura de rubricas para que as freguesias possam ainda sonhar em ter obras que não tinham há pouco tempo atrás neste Orçamento.-----

Portanto, o grupo municipal do Partido Socialista viabilizará com o seu voto



favorável, como não podia deixar de ser de outra forma, este Orçamento por contemplar estas alterações que hoje defendemos, pese embora, seja um Orçamento de risco como o meu colega de grupo municipal afirmou, e muito bem.-----

Porém, há uma questão que devemos salientar e decorre das palavras do senhor Presidente da Câmara: «quando terminar o mandato não ir deixar nem mais um cêntimo de dívida do que aquela que tem hoje». Nessa matéria, o grupo municipal do Partido Socialista defende que, então já não é um Orçamento de continuidade, quando terminar o seu mandato deveria ter a mesma execução que o Partido Socialista teve durante 12 anos. Diminuir a dívida, porque se nós quando pegamos na Câmara não tivéssemos ao longo dos sucessivos mandatos diminuído a dívida, hoje o Orçamento que estaríamos aqui a discutir não seria igual.-----

Portanto, apenas este apontamento - nós vamos viabilizar este Orçamento, mas não vamos viabilizar em anos consecutivos orçamentos que aumentem a dívida. E pedimos que tenha esta precaução de tentar diminuí-la, não é vivermos obcecados com ela, mas a dívida é para se ir resolvendo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Vamos ver no final do mandato se é possível, ou não, essa boa surpresa. Agora, vamos combinar uma coisa - nós não vamos aumentar a dívida e os senhores não fazem propostas que impliquem o seu aumento. Porque as diferenças que existem, as exigências feitas pelo Partido Socialista, boas ou más, não diminuem a dívida.-----

Temos de encontrar aqui uma solução. Não pode haver milagres, por alguma razão algumas obras não foram feitas, aliás, do ano passado para este ano, o único aumento significativo foi por causa do financiamento da questão da Energia, mas que trará poupança considerável no futuro.-----

Essa é uma responsabilidade que também impende sobre todos nós. O que aconteceu no debate destas semanas? Querem estas verbas daqui para ali e para acolá, são muito bonzinhos, e o Executivo quer aumentar a despesa corrente, a despesa de capital, são uns malandros e, portanto, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata têm uma série de propostas para pôr ordem ali porque está aí o Santana Lopes outra vez, e aí vai disto... Eu não posso deixar passar este discurso!-----

As propostas feitas para mais despesa, são propostas para mais despesas. Virá mais receita? Oxalá! Portugal crescerá 4,5%? Oxalá! Está previsto é aumentarem as taxas de juro e os custos dos empréstimos.... Quanto à transferência de verbas do Orçamento do Estado, senhor deputado municipal José Fernando Correia, é como disse. Se o



Orçamento do Estado não fosse chumbado a Figueira da Foz e outros municípios levavam um corte muito significativo, para os tais 680.000 euros. Mas vamos ver qual será a orientação deste novo Governo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guerreiro Maia.

ISABEL GUERREIRO MAIA: “Quero felicitar e notar o esforço dos senhores Vereadores executivos e não executivos, nos últimos 10 dias, para chegarem a bom porto, na discussão e votação deste documento estruturante e tão importante para o nosso Concelho. Sabemos que, relativamente à primeira versão, houve algumas alterações já aqui amplamente focadas. Partilho e compreendo algumas preocupações do meu colega José Fernando Correia, mas tenho algum otimismo que no próximo Governo tudo seja alterado.”-----

Por falar em otimismo, hoje tivemos a boa notícia por parte da Dr.ª Ana Abrunhosa de que, de facto, 03,3 milhões de euros seriam para dar mais autonomia ao Projeto 2030 para as autarquias, e integra algumas rubricas incluídas no nosso programa. Portanto, tenhamos alguma esperança não só porque é Natal, mas também por confiança no nosso executivo.”-----

Sem querer repetir, relativamente à primeira versão do Orçamento temos uma alteração nas rubricas dedicadas às Juntas de Freguesia, com peso político uma vez que não estavam rubricas abertas e, portanto, nunca poderiam ser feitas de forma permutativa, mas sim teriam de vir à Assembleia para serem abertas. Porém, nunca estive excluído que elas fossem abertas ao longo do primeiro exercício deste Orçamento.”-----

Sublinho, que não sendo um Orçamento Socialista, é um orçamento, obviamente de continuidade. Nós somos pessoas de bem como todos os figueirenses são e, obviamente, respeitamos a contratualização feita pelo anterior executivo, como o senhor Presidente da Câmara teve oportunidade de explicar. Ou seja, este primeiro exercício é, de facto, essa continuidade e a afirmação dessa postura de cumprimento da palavra dada, os próximos, naturalmente e com toda a legitimidade, iremos direccionar com outras opções de acordo com o nosso programa e com a vontade dos figueirenses.”-----

De referir, também, os outros três aspetos focados - o Estacionamento no Mercado, o Centro de Investigação e a Escola do Mar. Naturalmente, tivemos de fazer alguns cortes, concretamente, nas festas da cidade e na passagem do ano. O desporto também teve cortes, porque tínhamos previstas, por exemplo, a Corrida de São Silvestre e a meia-maratona. Mas é salutar que desta discussão tenha surgido o melhor dos



documentos estruturantes para hoje ser aqui votado em consenso, e espero eu que no próximo ano tudo corra da melhor forma!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Duas notas muito sintéticas. Fico contente porque percebo que havia consciência dos riscos que identifiquei no Plano do lado da receita do Orçamento. Todo o modo, não teria ficado mal até no interesse do próprio executivo que a consciência desses riscos integrasse o relatório do Orçamento. Não teria ficado mal se assim fosse."-----

Segunda nota - às vezes na discussão, com um valor eminentemente político, usam-se uns conceitos um bocadinho desviados da própria realidade. Nos três mandatos do Partido Socialista foi sempre possível, umas vezes menos possível, outras vezes mais possível, ir fazendo algum investimento nas Freguesias e ir reduzindo a dívida. As propostas que o Partido Socialista deu neste processo negocial não vão aumentar a dívida, aliás, é reconhecido nos documentos que esse conjunto de integrações feitas no Orçamento são conseguidas através de uma aceleração de pagamentos, liberando, portanto, o Orçamento das dívidas que, a transitarem, lá teriam de ser incluídas."-----

Estas propostas não têm nada a ver com aumento de dívida. E mais, posso porventura estar enganado e não quero ser o dono da interpretação autêntica de todas as expressões usadas, mas quando nós falamos de aumento de dívida, nós estamos sobretudo a falar de dívida bancária, da dívida de médio e longo prazo. Essa é que vai ficando e essa é que tem serviço, porque essa é remunerada."-----

A dívida aos fornecedores, evidentemente, é importante, mas em geral, não é remunerada. É sobretudo disso que nós estamos a falar, daí o apelo do deputado municipal João Raul Portugal ser, segundo suponho, nesse sentido - não aumentar a dívida bancária/dívida remunerada de médio longo prazo que onera exercícios futuros e, não tanto, esta pequena coisa."-----

Repito, só para ficar claro, isso está dito nos documentos, se não é assim, são os próprios documentos que não nos dizem a verdade, estes montantes para as freguesias foram integrados contra a aceleração de pagamento de faturas, a dívida não transita e o Orçamento de 2022 fica aliviado, como bem se compreende."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista,



José Coelho Silva, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, e do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, uma abstenção do Bloco de Esquerda, e quatro votos contra dos membros do Partido Social Democrata, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques, e Adélia Ramos Batata, e da Coligação Democrática Unitária: -----

1. - Aprovar as Grandes Opções do Plano para 2022-2026 e Orçamento para o ano de 2022, o qual integra todos os documentos e anexos previstos no art.º 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação; -----

2 - Aprovar as Normas de Execução Orçamental; -----

3 - Aprovar o Mapa de Pessoal para 2022, nos termos do n.º 4 do art.º 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atualizada; -----

4 - Tendo em vista a simplificação e celeridade processuais e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, autorizar previamente o Município da Figueira da Foz a assumir compromissos plurianuais que resultem de projetos, ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, ou de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, alterações ao cronograma financeiro e de trabalhos de investimentos ou outros legalmente previstos, desde que não impliquem aumento da despesa; -----

5 - Ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, delegar no Presidente da Câmara Municipal a competência para a assunção de compromissos plurianuais cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito centimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua adjudicação e o prazo de execução de três anos; -----

6 - A assunção dos compromissos a coberto da autorização prévia e da delegação de competências, só será possível, quando para além das condições previstas nos pontos quatro e cinco da presente deliberação, sejam respeitadas as regras e procedimentos determinados pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, e demais requisitos legais de execução de despesas, e sem prejuízo das disposições emergentes do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de junho; -----



7 - Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal o Município da Figueira da Foz deverá apresentar informação elencando os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente autorização genérica; -----

8 - Autorizar a Câmara Municipal, no exercício de 2022, a prestar apoio às Freguesias do Concelho com a realização de obras, com equipamento, meios materiais e recursos humanos, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação. -----

Deliberação aprovada em minuta. -----

SILVINA ANADIO QUEIROZ apresentou a seguinte declaração de voto: "Apesar de saudar o aumento de verbas para as freguesias, votei contra este orçamento por ele se apresentar como política de continuidade em relação aos dos executivos anteriores. Por exemplo, com a aceitação das transferências de competências nas áreas da educação e, mais recentemente, na saúde, complexo será virem a ser efetivamente diminuídas as despesas com pessoal. Por sua vez, a questão da diminuição da verba para os transportes escolares também me deixa muitas dúvidas e sérias preocupações para o futuro. -----

Fazendo aqui um pequeno aparte, permitia-me chamar a atenção para o facto de a audição da oposição ser obrigatória num momento prévio à elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano." -----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO apresentou a seguinte declaração de voto: "Os documentos Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal são os elementos enquadradores de toda a ação de um Município, estando o setor local sujeito aos princípios consagrados na Lei de enquadramento orçamental e devendo, portanto, a atividade financeira das autarquias locais desenvolver-se com respeito pelos princípios aí definidos sendo, pelo menos, dois deles bastante claros em relação a uma visão estratégica e plurianual sustentável do respetivo Município, logo de cada uma das pessoas que aí residam e/ou trabalhem. -----

Assim, quer o princípio da estabilidade orçamental quer o princípio da anualidade e plurianualidade determinam a sustentabilidade financeira das autarquias locais bem como, uma gestão orçamental equilibrada, incluindo as responsabilidades contingentes por si assumidas. Por isso, as autarquias locais não podem assumir compromissos que coloquem em causa a respetiva estabilidade orçamental e o seu enquadramento num plano plurianual de programação orçamental. -----

Ora, o Orçamento Municipal para 2022 e as Grandes Opções do Plano para 2022-2026



são, acreditamos nós, os pilares nos quais vai assentar toda a dinâmica do executivo municipal da Figueira da Foz, pelo que não podemos aceitar que a sua entrega para respetiva análise dos representantes eleitos pelos figueirenses e, assim cumprir os propósitos da sua ação de, e passo a citar «acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal» (alínea a) do ponto 5 do art.º 2.º do Regimento da Assembleia Municipal da Figueira da Foz), tenha sido feita com menos de 24 horas de antecedência em relação à sua apreciação e votação em sessão deste órgão autárquico, não cumprindo o disposto no Regimento já citado, nomeadamente, no seu art.º 14.º, ponto 2, que determina, e passo a citar «relativamente aos documentos não entregues com a convocatória será cumprido o prazo de dois dias úteis, previstos no n.º 2 do art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»-----

Queremos ainda lamentar a forma como o processo de elaboração destes dois documentos foi conduzido, tanto mais atendendo ao facto de serem o início de um tempo político anunciado como novo, diferente e virado para o futuro daí, provavelmente, terem merecido a confiança da maioria dos figueirenses que foi votar há menos de três meses, mas que afinal revelou em grande parte muitas das práticas infelizmente repetidas nos últimos anos, como a incapacidade para o atempado diálogo estratégico e para uma negociação com premissas de crescimento sustentável, preferindo a disputa casual e avulsa sem uma visão integrada e integradora do Concelho.-----

Por fim, fazemos votos que tal procedimento não se repita uma vez que, como sempre, pautamos a nossa atuação pelos critérios do respeito, rigor, intervenção sustentável e de interesse pela resolução dos problemas e dos constrangimentos que tanto têm prejudicado o desenvolvimento e o rejuvenescimento do Concelho da Figueira da Foz.”-----

5.3 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 18 DE DEZEMBRO DE 2020 - PARA CONHECIMENTO

Pelo Serviço de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 04 de novembro de 2021, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida pela deliberação da Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2020, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 03 de dezembro



de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Clarisse Silva Oliveira, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua última redação, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida pela deliberação da Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2020.-----

**5.4 - RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO
RELATIVA AO 1.º SEMESTRE DE 2021 - PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO DO
AUDITOR EXTERNO - PARA CONHECIMENTO**

Presente um Relatório da situação económica e financeira do Município da Figueira da Foz reportada ao período de janeiro a junho de 2021, elaborado pelo Departamento de Administração Geral e Finanças/Divisão de Finanças e Património, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

O auditor externo Oliveira Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ld.ª, emitiu a informação prevista na alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, concluindo pela conformidade do Relatório com os princípios contabilísticos previstos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Este relatório aponta algumas pechas em relação à situação económica e financeira no primeiro semestre de 2021, no modo como foi explicitado em documentos.-----

Chamo, por exemplo a atenção, do último parágrafo da página cinco, onde se pode ler «acresce que nas contas semestrais o passivo ainda não se encontrava devidamente segregado entre corrente e não corrente, situação que recomendamos seja considerada no fecho de contas do presente exercício».-----

Outro exemplo casuístico, na página 12, o auditor escreve que: o sistema de controle interno do Município deve incluir controlos preventivos, detetivos e



corretivos que permitam dar resposta aos riscos de fraude e branqueamento de capitais. Decorrente do trabalho efetuado verificámos que o Manual de Controle Interno deverá ser revisto e atualizado por forma a fazer face às necessidades atuais da entidade. O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas determina (artigo 9.º) a existência de um sistema de controlo interno que deve englobar o plano de organização, as políticas, os métodos e os procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades, etc., etc., etc... -----

Ou seja, há coisas que deveriam ter sido feitas e não o foram. E isto é um aviso que devemos ter cautelas para o futuro, nomeadamente agora, que temos um novo executivo que deve levar muito em linha de conta o que está expresso neste Relatório, e as suas chamadas de atenção."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Clarisse Silva Oliveira, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, tomou conhecimento do Relatório da Situação Económica e Financeira do Município da Figueira da Foz, reportada ao primeiro semestre de 2021, sobre o qual o auditor externo Oliveira Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ld.ª, emitiu a informação prevista na alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, concluindo pela conformidade do Relatório com os princípios contabilísticos previstos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Como é a última vez que aqui venho, aproveito o ensejo para desejar a todos umas Felizes Festas e um Ano Novo que não nos traga surpresas desagradáveis, mas apenas boas surpresas e coisas boas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Quero formular votos de um Santo Natal e de Boas Entradas. Que o novo ano seja um ano melhor para a Figueira da Foz, Portugal, Europa e para o Mundo. Esperemos bem que sim!-----
Desejar, na pessoa de V.Ex.ª, Saúde e Paz para as famílias de todos, que possamos



ter a bênção de entrar bem em 2022 e saborear bem a vida no próximo ano, lutando por aqueles que menos têm e mais precisam.-----

Cumprimento todos e, também, naturalmente, os funcionários todos que trabalham e nos ajudam a todo o momento. Muito obrigado!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Aproveito este ensejo para desejar Boas Festas a todos os figueirenses e que o ano de 2022 seja repleto do melhor possível!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Desejo, em nome do grupo municipal do Partido Socialista um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo ao executivo, à Mesa, aos senhores Vereadores não executivos, e a todos os grupos municipais.-----

E para o ano que os trabalhos decorram também com tranquilidade e possamos, obviamente, sempre entender-nos neste órgão, como até aqui também nos temos conseguido entender e respeitar!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Obviamente, em nome do Partido Social Democrata, desejo a todos vós um Santo Natal e que, de facto, 2022 seja um Ano Próspero e Bom, para todos!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guerreiro Maia.-----

ISABEL GUERREIRO MAIA: "Muito simplesmente, desejar a todos os presentes e a todos os que nos estão a ver em casa um Santo Natal. Que o próximo ano seja um ano de muitas concretizações de tudo que esperamos de bom para todos nós incluindo, naturalmente, todos os figueirenses, todos os portugueses e, como dizia o nosso Presidente da Câmara, o Mundo inteiro. Muita paz, muita saúde e até o próximo ano!

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Como Presidente da Assembleia, em nome dos restantes elementos da Mesa, quero desejar a todos um Santo e Feliz Natal. Que esta magia do Natal aumente em nós o amor pelo próximo, de modo a atenuar o luto, a dor e o sofrimento daqueles que, neste momento, não estão a passar bem!"-----

Agora, concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Clarisse Silva Oliveira, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezanove horas e dez minutos, da qual, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 7 da Sessão Ordinária de 20-12-2021

constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----